

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS

2023





Índice

RELATÓRIO DE GESTÃO	4
1 - INTRODUÇÃO	5
1.1 - CONJUNTURA ECONÓMICA GLOBAL	5
1.2 - ENQUADRAMENTO MACROECONOMICO E SECTORIAL	5
1.3 - A ACTIVIDADE SEGURADORA EM 2023	6
1.3.1 - Produção de seguro direto em Portugal – Mercado	9
1.3.2 - Empresas de seguros - Estrutura do mercado.....	9
1.3.3 - Produção de seguro direto em Portugal por ramos - Mercado	10
2-EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE DA EMPRESA	10
2.1-Evolução do volume de negócios e dos Resultados Líquidos	10
2.2- Fusões e aquisições	11
3-RECURSOS HUMANOS.....	11
4-ACONTECIMENTOS APÓS DATA DE BALANÇO	11
5-PERSPECTIVAS PARA O ANO DE 2024	12
6-PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	14
7-INFORMAÇÃO EXIGIDA POR DOCUMENTOS LEGAIS.....	15
8-PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS	16
9-NOTAS FINAIS.....	16
ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO.....	17
BALANÇO	18
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	19
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2023	20
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA NOS PERÍODOS DE 2023 e 2022	21
DEMONSTRAÇÃO DOS GASTOS E PERDAS NOS PERÍODOS DE 2023 e 2022	21
DEMONSTRAÇÃO DOS RENDIMENTOS E GANHOS NOS PERÍODOS 2023 e 2022.....	23
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	1
1-IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE.....	2
2-REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:.....	2
2.1-Indicação do referencial contabilístico de preparação das DR	2
2.2 - Indicação e justificação das disposições do SNC.	3
2.3 - Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.	3
3- PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:	3
3.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:	3
Ativos Intangíveis.....	4
Ativos Fixos Tangíveis	4
Locações	5

Custos de empréstimos obtidos	5
Imparidade de ativos	6
Instrumentos financeiros.....	6
Ativos e passivos expressos em moeda estrangeira.....	6
Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	7
Imposto sobre o rendimento.....	7
Rédito	8
Julgamentos e estimativas.....	9
Periodizações.....	9
Benefícios dos empregados.....	9
Caixa e Depósitos bancários	10
3.2– Outras políticas contabilísticas relevantes	10
3.3 – Juízos de valor	10
3.4 – Principais pressupostos.....	10
3.5 – Principais fontes de incerteza	11
4. - Fluxos de Caixa.....	11
5 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	11
6. Partes relacionadas.....	12
6.1-Relacionamentos com a empresa-mãe:.....	12
6.2-Saldos e transações com entidades relacionadas	13
7 - ATIVOS INTANGÍVEIS	13
8 - ATIVOS TANGÍVEIS	14
9 – LOCAÇÕES	14
10. FINANCIAMENTOS OBTIDOS.....	14
11. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS	16
12. RÉDITO	17
13. SUBSIDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO.....	18
14. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO	18
15. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	19
16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	19
17. CAPITAL.....	21
18. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS.....	23
19. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS	24
20. OUTRAS INFORMAÇÕES.....	24
21. FATORES DE RISCO FINANCEIRO.....	26
22. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO.....	26
23. PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO DE SEGUROS OU DE RESSEGUROS.....	26

RELATÓRIO DE GESTÃO



Prestar contas é o ato de relatar aos interessados, diretos e indiretos, a atividade da sociedade no decurso de um período (um ano civil).

Para além, de uma obrigação legal e moral, trata-se de um ato pelo qual podemos justificar as ações desenvolvidas.

Tem como principal objetivo a demonstração das atividades realizadas durante o ano, a nível operacional e financeiro, delineadas e aprovadas no Orçamento para o ano em análise.

O relatório apresenta a atividade e o desempenho da NacionalGest Consultores de Seguros, Lda., e o contexto em que a mesma foi desenvolvida.

As contas da NacionalGest Consultores de Seguros, Lda., estão apresentadas em mapas contabilísticos específicos, nomeadamente o Balanço, a Demonstração de Resultados, mapas discriminados com os diversos proveitos e gastos discriminados pelas diferentes rubricas de custos, analisando e comparando a sua evolução entre 2022 e 2023.

O principal objetivo do Relatório e Contas é o de colocar à disposição dos Associados toda a informação que permite a correta avaliação do desempenho da sociedade, constituindo uma oportunidade para explicar aos diversos interessados as prioridades estratégicas do exercício, face ao enquadramento económico e regulamentar, caracterizar a atividade das áreas de intervenção e analisar o seu efeito do ponto de vista económico e financeiro.

As Demonstrações financeiras estão acompanhadas de várias notas explicativas de modo a facilitar e simplificar ao máximo a sua interpretação.

O Relatório de Gestão e Contas constitui um procedimento anual obrigatório, nos termos do estabelecido no Código das Sociedade Comerciais e da legislação em vigor. Assim, vem a Gerência da empresa da NacionalGest Consultores de Seguros, Lda., submeter à apreciação dos sócios, o presente Relatório de Gestão, bem como o Balanço, Demonstração de Resultados e demais contas do exercício de 2023, colocando à disposição de todos os interessados os elementos e as informações a seguir detalhados:

1-INTRODUÇÃO

A NacionalGest - Consultores de Seguros, Lda. é uma sociedade cujo objeto social é a mediação de seguros.

1.1 - CONJUNTURA ECONÓMICA GLOBAL

Segundo dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), a economia portuguesa registou no ano de 2023 um crescimento de 2,3% face ao ano anterior, superando as estimativas previstas pelo Ministério das Finanças e pelo Banco de Portugal, no entanto, este crescimento mostra-se inferior ao registado em 2022 de 6,8%. Projetando-se, no entanto, uma moderação deste ritmo para 2% em 2024, antes de uma recuperação para 2,2% em 2025 e 2,0% em 2026.

De facto, o crescimento registado em 2022 foi o mais elevado desde 1987, sendo que, a desaceleração sentida no ano de 2023 é, em parte, explicada pela desaceleração do comércio internacional (quer das exportações, quer das importações) e da procura interna.

De acordo com os dados divulgados pelo INE, no ano em análise, a procura interna apresentou um contributo positivo para a variação anual do PIB, embora inferior ao observado no ano anterior, verificando-se uma desaceleração do consumo privado e do investimento.

Também o contributo da procura externa líquida foi positivo em 2023, "mas menos intenso que em 2022, tendo as exportações e as importações de bens e serviços em volume desacelerado significativamente".

O ano de 2023 é um ano de crescimento económico em Portugal, apesar da taxa de inflação e da instabilidade global, muito influenciada pelas guerras que tem impactado preços de bens e serviços.

Em resumo, 2023 foi um ano de crescimento modesto para a economia portuguesa, embora acompanhado de desafios significativos, nomeadamente a alta inflação e a necessidade de uma política monetária mais restritiva. As perspetivas para os próximos anos são de moderação no crescimento, mas com uma base sólida para a recuperação sustentada, apoiada pela melhoria das condições macroeconómicas e pelo investimento estratégico. A gestão cuidadosa da política fiscal e monetária continuará a ser fundamental para assegurar a estabilidade e o crescimento económico de Portugal.

À semelhança do ocorrido nos anos anteriores, também o ano de 2023, foi um ano com decisões complexas, mas necessárias, num percurso orientado para o equilíbrio, a sustentabilidade e um futuro promissor para todos, mantendo uma atitude positiva e empreendedora na busca de novas soluções e oportunidades.

1.2 - ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E SECTORIAL

No final de 2023, a produção global de seguro direto relativa à atividade em Portugal diminuiu

1,9% face ao período homólogo de 2022, situando-se em cerca de 11,8 mil milhões de euros. O ramo Vida apresentou uma quebra de 14,3%, tendo sido relevante para este decréscimo a diminuição verificada nos seguros de vida ligados (-54,8%), em particular nos PPR (-66,3%). Já os ramos Não Vida registaram um crescimento de 10,4%, de onde se destaca o crescimento de 16,7% no ramo Doença, cujo peso relativo na produção passou a ser de 20,3% no final do período.

No mesmo período, os montantes pagos verificaram um acréscimo de 12,1%. Para este aumento foram determinantes o crescimento de 12,7% no ramo Vida, potenciado pela variação positiva de 22,3% verificada nos seguros de Vida Não Ligados (incluindo os PPR Não Ligados), e de 11% nos ramos Não Vida, tendo para isso contribuído os ramos Incêndio e Outros Danos (22,3%) e Doença (18%).

No final de 2023, o valor das carteiras de investimento das empresas de seguros totalizou 50,4 mil milhões de euros, o que representa um decréscimo de 0,7% face ao mesmo período do ano anterior. Na mesma data o volume de provisões técnicas foi de 42,6 mil milhões de euros.

O rácio de cobertura do Requisito de Capital de Solvência (SCR) – medida do montante de fundos próprios necessários para a absorção das perdas resultantes de um evento de elevada adversidade (VaR 99,5%, um ano) e que resulta da agregação das cargas de capital relativas aos vários riscos a que as empresas de seguros se encontram expostas – foi de 203%, refletindo um acréscimo de seis pontos percentuais face ao final de 2022. O rácio de cobertura do Requisito de Capital Mínimo (MCR) – nível mínimo de fundos próprios abaixo do qual se considera que os tomadores de seguros, segurados e beneficiários ficam expostos a um grau de risco inaceitável – foi de 546%, refletindo um aumento de cerca de 29 pontos percentuais face ao final do ano anterior. (1)

Ao fechar o ano de 2023, o registo da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) contabilizava cerca de 10.489 mediadores de seguros, marcando uma redução de 198 mediadores comparativamente a 2022. Esta diminuição, representando um decréscimo de 1,85%, reflete a adaptação ao quadro regulatório mais rigoroso e às exigências de qualificação, culminando na saída de mediadores que não se ajustaram aos novos requisitos.

As alterações introduzidas pelo regime jurídico da distribuição de seguros (RJDS) continuaram a influenciar a estrutura do mercado. A estabilização observada no número de mediadores sugere que a fase inicial de ajuste ao novo quadro regulatório está a acabar, com o mercado a adaptar-se às exigências de qualificação e profissionalismo impostas pela legislação.

1.3 - A ACTIVIDADE SEGURADORA EM 2023

A avaliação do desempenho económico da atividade seguradora em 2023 é um exercício necessariamente condicionado, uma vez que a entrada em vigor do novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES) reformulou conceitos com impacto significativo nalguns dos principais agregados e indicadores de performance.

A Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) apresentou os valores relativos aos Prémios de Seguro Direto 2023.

No ano de 2023, o volume da produção de seguro direto em Portugal foi superior a 11,8 mil milhões de euros, refletindo um decréscimo de 2% face ao valor verificado em 2022. De referir

que a quota de mercado das empresas sob supervisão prudencial da ASF corresponde a 90,2% (cerca de 10,7 mil milhões).

Efetuada uma análise por ramos, o ramo Vida, tal como verificado no ano anterior, registou um decréscimo de 14,3%. Os ramos Não Vida, na tendência dos últimos anos, apresentaram um aumento da produção de 10,2%.

No ramo Vida, os planos de poupança reforma (PPR) viram o seu peso aumentar em 1,2 pontos percentuais (24,9% em 2023 e 23,8% em 2022), apesar da sua produção ter diminuído 10,1% face ao ano anterior, decréscimo que acompanhou a tendência do ramo.

Nos ramos Não Vida, a maioria dos ramos apresentaram um crescimento, sendo de destacar

PRÉMIOS DE SEGURO DIRETO	MONTANTES			VARIÇÃO		ESTRUTURA		
	2021	2022	2023	22/21	23/22	2021	2022	2023
TOTAL	13 347 975	12 056 109	11 810 211	-9,7%	-2,0%	100%	100%	100%
RAMO VIDA	7 726 985	6 020 812	5 159 373	-22,1%	-14,3%	58%	50%	44%
Não Ligados a Fundos de Investimento	2 311 608	2 127 255	2 696 339	-8,0%	26,8%	17%	18%	23%
Ligados a Fundos de Investimento	3 507 034	2 388 842	1 174 643	-31,9%	-50,8%	26%	20%	10%
PPR, PPE, PPR/E	1 907 593	1 504 715	1 286 327	-21,1%	-14,5%	14%	12%	11%
Operações de Capitalização	750	0	2 063	-100,0%	---	0%	0%	0%
RAMOS NÃO VIDA	5 620 990	6 035 296	6 650 839	7,4%	10,2%	42%	50%	56%
Acidentes e Doença	2 184 705	2 386 965	2 700 033	9,3%	13,1%	16%	20%	23%
Acidentes de Trabalho	965 284	1 027 197	1 140 207	6,4%	11,0%	7%	9%	10%
Doença	1 034 136	1 156 161	1 349 331	11,8%	16,7%	8%	10%	11%
Incêndio e Outros Danos	999 605	1 072 267	1 180 709	7,3%	10,1%	7%	9%	10%
Riscos Múltiplos - Habitação	578 765	627 166	691 110	8,4%	10,2%	4%	5%	6%
Riscos Múltiplos - Comerciantes	146 037	173 797	187 489	19,0%	7,9%	1%	1%	2%
Riscos Múltiplos - Industrial	129 789	140 264	154 188	8,1%	9,9%	1%	1%	1%
Automóvel	1 897 920	1 966 336	2 098 246	3,6%	6,7%	14%	16%	18%
Transportes	57 907	63 485	55 373	9,6%	-12,8%	0%	1%	0%
Responsabilidade Civil Geral	163 487	181 973	195 979	11,3%	7,7%	1%	2%	2%
Diversos	317 366	364 270	420 498	14,8%	15,4%	2%	3%	4%

Unidade: Milhares de Euros

Acidentes e Doença (13,12%), Incêndio e Outros Danos (10,09%) e automóvel (5,78%).

Efetuada a análise das quotas de mercado, por grupo económico nos últimos três anos, o grupo Fosun (Fidelidade) manteve a sua liderança

Ainda assim, um traço fundamental que não escapa já despercebido é o substancial aumento dos montantes pagos pelas seguradoras, seja ao abrigo de contratos do ramo Vida (12,7%), seja ao abrigo de contratos dos ramos Não Vida (12,4%).

No segmento Não Vida a inflação explica, naturalmente, uma parte, não surpreendendo que se repercute diretamente no agravamento do custo médio dos sinistros. Mas a taxa de inflação média acumulada regrediu, apesar de tudo, para 4,3%, deixando por explicar cerca de 2/3 da expansão destes montantes pagos.

Outra parte resultará então de um aumento da frequência decorrente de uma maior exposição ao risco, por exemplo com a acrescida circulação automóvel, ou de um maior recurso às

coberturas de seguro, por exemplo com a acrescida utilização dos serviços de saúde privados. E outra parte não menosprezável resultará de fatores mais aleatórios de sinistralidade, em especial fenómenos extremos da natureza, como as inundações e tempestades que fustigaram algumas zonas do país no final de 2022 (cujas indemnizações acabaram pagas já no início de 2023), a que se somarão ainda os efeitos das tempestades sequenciais ocorridas no outono. Já no segmento Vida a inflação tem um efeito direto limitado, mas acabou por impactar os seus montantes pagos por via do aumento que provocou nas taxas de juro.

E foi também um impacto negativo, uma vez que esse aumento impôs uma enorme pressão orçamental sobre as famílias endividadas, obrigando muitas delas a recorrer a poupanças acumuladas, nomeadamente em produtos de seguros, para fazer face aos seus compromissos com empréstimos contraídos.

Em cima deste contexto, o Estado, no âmbito de políticas não convencionais de apoio às famílias, veio ainda estimular o consumo dessas poupanças, incluindo das que se destinariam ao período de reforma, criando um regime extraordinário para resgates de PPRs que os pôs facilmente a salvo das penalizações fiscais previstas na lei e que, de facto, terá sido utilizado em abundância por estes aforradores (explicando boa parte do aumento superior a 40% dos montantes pagos em PPRs e a erosão de quase 2 mil milhões de euros no valor das poupanças acumuladas nestes produtos em relação ao final de 2022).

E se no segmento Não Vida a evolução do volume de prémios (10,6%) ainda se aproximou da dos montantes pagos, já no segmento Vida os prémios e contribuições para produtos de poupança regrediram consideravelmente (-14,5%).

Na realidade, todos os grandes ramos do segmento Não Vida tiveram crescimentos do volume de prémios superiores à inflação, incluindo os de Acidentes de Trabalho (11,0%), Doença (16,7%), Incêndio e Outros Danos (10,6%) e automóvel (8,4%). Sucede, porém, que só no primeiro destes ramos esse crescimento superou o dos montantes pagos, sugerindo um agravamento geral do rácio de sinistralidade Não Vida em 2023.

Em Vida verifica-se uma significativa retração dos prémios e contribuições a conviver com o referido agravamento dos montantes pagos com sinistros, resgates e reembolsos, gerando um fluxo técnico substancialmente negativo. Esta contração da aplicação de poupanças em produtos de seguros afetou também os PPR (-11,5%), embora se tenha estendido, e com maior incidência ainda, a outros produtos de capitalização (-20,4%).

A repercussão de toda esta combinação de fatores sobre o desempenho económico do setor só é aferível, nesta altura, para o primeiro semestre do ano e, sendo então baseado nas normas IFRS 17 e IFRS 9, com fortes limitações na comparabilidade com exercícios anteriores.

Na demonstração de resultados deste período o saldo líquido global equivaleu a 314 milhões de euros, mantendo-se um contributo superior do ramo Vida (272 milhões de euros), um contributo também positivo do conjunto dos ramos Não Vida (181 milhões de euros) e um contributo negativo da conta não técnica incluindo impostos (-140 milhões de euros).

No segmento Não Vida, o maior contributo veio do ramo Acidentes e Doença, em especial do sub-ramo Acidentes de Trabalho, embora todos os outros grandes ramos tenham apresentado igualmente um resultado técnico positivo. Ainda assim, o saldo foi bastante contido em Doença e Automóvel, em especial se comparado com o volume de prémios (e réditos) que geram. Por fim, o saldo da conta não técnica foi penalizado, como habitualmente, pelos impostos correntes (74 milhões de euros) e impostos diferidos (40 milhões de euros), ainda que fosse já negativo antes da sua aplicação.

1.3.1 - Produção de seguro direto em Portugal – Mercado

No ano de 2023, o volume da produção de seguro direto em Portugal foi superior a 11,8 mil milhões de euros, refletindo um decréscimo de 2% face ao valor verificado em 2022. De referir que a quota de mercado das empresas sob supervisão prudencial da ASF corresponde a 90,2% (cerca de 10,7 mil milhões).

Produção de seguro direto em Portugal - Mercado	2020	2021	2022	2023	Var 21/20	Var 22/21	Var 23/22
Vida	4 585 346	7 728 304	6 021 151	5 159 373	68,50%	-22,10%	-4,30%
Não Vida	5 365 574	5 621 807	6 035 279	6 650 677	4,80%	7,40%	0,20%
Total	9950920	13 350 111	12 056 430	11 810 050	34,20%	-9,70%	2,00%

u.m : milhares de euros

1.3.2 - Empresas de seguros - Estrutura do mercado

No que respeita à estrutura do mercado das empresas de seguros não se registou qualquer alteração, conforme se pode constatar no quadro seguinte.

Empresas de seguros - Estrutura do mercado	2020	2021	2022	2023
Número de empresas de seguros a operar em Portugal	66	64	63	63
Sociedades Anónimas de Direito Português	38	38	37	37
Vida	12	12	12	12
Não Vida	21	21	20	20
Mistas	4	4	4	4
Resseguro	1	1	1	1
Sucursais da União Europeia	28	26	26	26
Vida	4	2	2	2
Não Vida	17	16	16	16
Mistas	7	8	8	8

Em termos de estrutura de mercado, não se registaram alterações significativas no número de empresas de seguros a operar em Portugal em 2023, mantendo-se estável em 63 empresas. Esta estabilidade sugere uma maturidade do mercado, com as empresas existentes a solidificar a sua presença e a adaptar-se às mudanças regulatórias e de mercado

1.3.3 - Produção de seguro direto em Portugal por ramos - Mercado

Efetuada uma análise por ramos, o ramo Vida, registou um decréscimo de 14,3%. Os ramos Não Vida, na tendência dos últimos anos, apresentaram um aumento da produção de 10,2%.

Produção de seguro direto em Portugal por ramos - Mercado	2020	2021	2022	2023	Var 23/22
Total	9 950 920	13 350 111	12 056 430	11 810 050	-2,04%
Ramo Vida	4 585 346	7 728 304	6 021 151	5 159 373	-14,31%
Não ligados	2 675 060	3 016 471	2 888 277	3 712 443	28,53%
Ligados a Fundos de Investimento	1 910 286	4 711 083	3 132 874	1 444 866	-53,88%
Operações de Capitalização		750		2063	
Ramos Não Vida	5 365 574	5 621 807	6 035 279	6 650 677	10,20%
Acidentes e Doença	2 028 286	2 184 040	2 386 923	2 700 030	13,12%
Acidentes de Trabalho	905 394	965 284	1 027 190	1 140 207	11,00%
Doença	950 861	1 033 897	115 6140	134 9331	16,71%
Outros Acidentes	172 030	184 859	203 593	210 492	3,39%
Incêndio e Outros Danos	946 103	1 000 240	1 072 496	1 180 675	10,09%
Automóvel	1 872 927	1 893 906	1 983 626	2 098 348	5,78%
Marítimo e Transportes	25 344	28 293	30 535	30 321	-0,70%
Aéreo	10 365	10 132	10 978	8 789	-19,94%
Mercadorias Transportadas	19 367	19 730	21 973	16 097	-26,74%
Responsabilidade Civil Geral	148 448	164 448	181 969	195 967	7,69%
Diversos	314 734	321 018	346 779	420 449	21,24%

O ano de 2023 foi marcado por uma reconfiguração das preferências de seguros em Portugal, com uma diminuição no interesse por seguros de Vida e um aumento nos Ramos Não Vida. A ligeira elevação na concentração de mercado e a estabilidade no número de operadores refletem um setor em fase de adaptação, procurando alinhar a sua oferta às necessidades e expectativas dos consumidores num contexto económico desafiante. O mercado segurador português, apesar das variações observadas, demonstra resiliência e capacidade de ajuste frente às dinâmicas económicas e sociais.

2-EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE DA EMPRESA

2.1-Evolução do volume de negócios e dos Resultados Líquidos

As alterações introduzidas pelo regime jurídico da distribuição de seguros (RJDS) continuaram a influenciar a estrutura do mercado. A estabilização observada no número de mediadores sugere que a fase inicial de ajuste ao novo quadro regulatório está a acabar, com o mercado a adaptar-se às exigências de qualificação e profissionalismo impostas pela legislação.

EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE	2023	2022	Var 23/22
Volume de Negócios	5 657 653,53	4 004 076,36	41,30%
Resultados Líquidos	323 749,51	237 952,31	36,06%

Como se verifica pela análise dos elementos apresentados, o volume de negócios apresenta

uma variação positiva de 41,30% em relação ao ano de 2022, passando de um total de 4 004 076,36€ em 2022 para 5 657 653,53€ em 2023, representando assim um aumento de 1 653 577,17€.

Os resultados Líquidos apresentam a mesma tendência tendo apresentado uma variação positiva de 36,06% em relação ao ano de 2022, o que representa um aumento de 85.797,20 € em relação a período homologado de 2022.

2.2- Fusões e aquisições

Durante o ano de 2023, não foi registado qualquer fusão.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a empresa adquiriu a totalidade do capital social da empresa Master, Lda. A empresa tem como atividade a mediação de seguros, permitindo desta forma reforçar a posição competitiva.

De referir que esta aquisição se encontra registada na rubrica de Investimentos Financeiros (41), bem como na rubrica Activos intangíveis (44) o Goodwill correspondente à operação.

3-RECURSOS HUMANOS

A NacionalGest – Consultores de seguros, Lda., contava com 90 funcionários a 31/12/2023, registando um aumento de 7 funcionários em relação a igual período de 2022. A empresa conta também com a colaboração de vários agentes cujo custo está refletido na rubrica "Fornecimentos e Serviços externos".

O sucesso das organizações passa muito pela forma como gere os seus recursos humanos. Atendendo a este facto, umas das principais preocupações da NacionalGest foi a de disponibilizar as ferramentas necessárias para a otimização do trabalho de cada colaborador, apostando fortemente na formação, bem como na automatização de processos e tarefas rotineiras, permitindo assim que os funcionários e colaboradores tenham mais tempo disponível para dedicar ao seu cliente.

4-ACONTECIMENTOS APÓS DATA DE BALANÇO

À data de conclusão deste Relatório, e devido a manter-se o conflito entre a Rússia e a Ucrânia, bem como no Médio Oriente, a gerência continua a acompanhar e a exercer uma monitorização constante sobre eventuais impactos indiretos na empresa das atuais situações de conflito internacionais, bem como a repercussões na economia a nível nacional e mundial.

Este efeito poderá vir a ter impacto sobre a atividade da Entidade, dependendo da evolução que estas situações venham a ter no futuro.

Após o encerramento do exercício, e até à data da elaboração do presente relatório, não ocorreram outros acontecimentos subsequentes ou factos relevantes que impliquem ajustamentos ou modificações na situação relevada nas contas do exercício.

5-PERSPECTIVAS PARA O ANO DE 2024

O mercado de distribuição e mediação de seguros em Portugal está a atravessar um período de transformação, com um enfoque crescente na qualificação, na profissionalização e na adaptação a um ambiente regulatório mais exigente. A tendência de redução no número de mediadores é expectável que se estabilize à medida que o mercado absorve os impactos das mudanças regulatórias e se ajusta às novas realidades. A formação contínua e o aprofundamento das competências dos mediadores permanecerão como elementos centrais para assegurar a resiliência e o desenvolvimento sustentável do setor no futuro. Em conclusão, 2023 foi um ano de consolidação e adaptação para o mercado de distribuição e mediação de seguros em Portugal, com sinais claros de maturação e profissionalização. A expectativa é de que estas tendências se mantenham, sustentando um mercado de seguros robusto e adaptável às necessidades dos consumidores.

O ano de 2024 envolve incertezas que ameaçam, não só o desempenho da atividade económica, desafiando as projeções macroeconómicas oficiais, como também projetos políticos de importância crítica para o setor.

Por um lado, incertezas que decorrem das tensões geopolíticas internacionais, que nesta fase produzem dois grandes conflitos militares de impactos potencialmente nefastos para a economia mundial, para além das suas dramáticas consequências humanas e sociais.

Por outro, incertezas que decorrem do próprio contexto político nacional, com eleições recentes em março de 2024.

Por último, incertezas que decorrem do desempenho macroeconómico internacional, em especial das economias europeias, algumas das quais em risco real de entrar em recessão, arrastando potencialmente economias periféricas como a portuguesa.

Daí que as projeções macroeconómicas da proposta do Orçamento do Estado para 2024 estejam já em causa, incluindo quanto ao ritmo de desaceleração do PIB, que pode vir a ser bem mais acentuado do que o previsto (taxas de crescimento real de 2,2% em 2023 e de 1,5% em 2024), e até quanto ao processo de desinflação, que pode neste caso vir a ser mais lento do que o previsto (4,6% em 2023 e 2,9% em 2024).

Estas circunstâncias vão, provavelmente, impactar o segmento Não Vida – que tem uma correlação positiva com o desempenho geral da economia e tem uma relação sensível com o comportamento da inflação, até por força do seu ciclo de produção invertido – bem como o segmento Vida, porque mantêm muito condicionadas as perspetivas de evolução do rendimento disponível das famílias e, logo, da sua capacidade de poupança, ainda que um ambiente de taxas de juro mais elevadas tenda a reposicionar, favoravelmente, os seus típicos produtos de capitalização.

Em suma, 2024 será um ano pleno de desafios para o setor segurador.

A NacionalGest tinha como objetivo para 2023, crescer acima dos 30%, objetivo que foi atingido.

O objetivo para 2024 é continuar a crescer, a nossa estratégia assentará em crescimento, orgânico através da nossa rede própria de distribuição, seja ela a presencial (Lojas) ou digital, através de agentes e por aquisições.

Acreditamos que iremos crescer organicamente porque temos várias Unidades de Negócio que

ainda não atingiram a maturidade.

No que diz respeito ao crescimento por aquisições e fruto de um trabalho continuado que temos vindo a fazer de identificação e seleção de mediadores que partilham dos nossos valores, temos algumas oportunidades de negócio em análise que, a a concretizarem-se no decorrer de 2024, projetarão ainda mais a NacionalGest.

4



O crescimento pelo canal Agentes, é um caminho que temos vindo a percorrer face às mutações do mercado. Temos vindo a criar condições diferenciadoras que permitem maximizar resultados, disponibilizando aos agentes ferramentas comerciais, bem como de gestão, que no final do dia fazem poupar imenso tempo, tempo esse que pode ser transformado em negócio. Acreditamos que 2024 atinja novos máximos de resultados líquidos.

Apesar da conjuntura macroeconómica desfavorável, dos desafios macroeconómicos desafiantes (inflação e taxas de juros elevadas), da instabilidade política em Portugal e da retração do setor, a NacionalGest Consultores de seguros, Lda. registou uma evolução do volume de negócios e do resultado líquido do período, mantendo taxas de crescimento sustentadas nos últimos exercícios., como se pode observar pelos elementos a seguir apresentados:

ANO	Volume de Negócios
2018	1 531 157,89
2019	1 929 422,19
2020	2 816 173,57
2021	3 457 205,95
2022	4 004 076,36
2023	5 657 653,53



6-PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Como se pode verificar pela Demonstração dos Resultados, a NacionalGest Consultores de Seguros, Lda. alcançou um Resultado Líquido positivo de 323.749,51 Euros, o que representa um acréscimo de 85.797,20 € (oitenta e cinco mil, setecentos e noventa e sete euros e vinte centimos) quando comparado com o ano anterior.

Os processos de aquisição e consolidação da sociedade Master Seguros Lda., representa um esforço na racionalização de operações redundantes, a unificação de sistemas e processos e a gestão de recursos humanos. Esses esforços de integração geraram, naturalmente, custos adicionais no curto prazo, sendo que esse impacto dissipar-se-á ainda durante o exercício de 2024.

Em contrapartida, por força da concretização dos processos de aquisição das novas participadas ter apenas ocorrido no último trimestre de 2023, o impacto positivo que se espera na consolidação das respetivas receitas, na NacionalGest Consultores de Seguros, Lda., será apenas verificado no exercício de 2024.

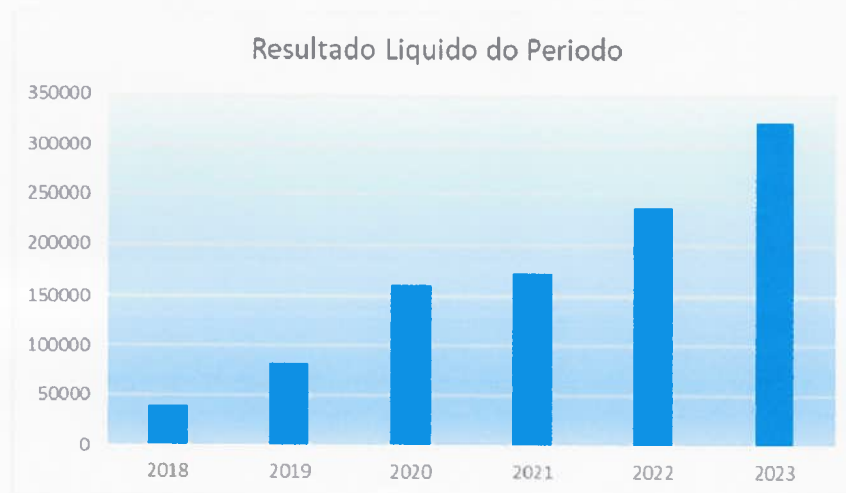
O Resultado Líquido reflete, portanto, a normal consolidação da atividade, apresentando uma evolução em relação a exercícios anteriores.

A Gerência da NacionalGest – Consultores de Seguros, Lda., propõe que o Resultado Líquido do Período, no montante de 323 749,51 € (trezentos e vinte e três mil setecentos e quarenta e nove euros e cinquenta e um centimos), tenha a seguinte aplicação:

- Reservas legais: 16.187,48 € (dezasseis mil, cento e oitenta e sete euros e quarenta e oito centimos);
- Gratificações de Balanço: 250 000 € (duzentos e cinquenta mil euros) s serem distribuídos pelos sócios em proporção da sua percentagem de capital. Sendo que a empresa detém quotas próprias de 3,38% e o valor não é passível de distribuição, a sua quota parte dos lucros a distribuir (8.425 €) será transferido para Resultados Transitados;
- Resultados Transitados: 57.562,03 € (cinquenta e sete mil, quinhentos e sessenta e dois euros e três centimos).

De igual modo, propõe-se a distribuição de Gratificações de Balanço, por via dos resultados, de 250.000€ (duzentos e cinquenta mil euros), sendo que o referido valor já se encontra considerado nas Demonstrações Financeiras integrantes ao presente relatório.

ANO	Resultado Líquido do Período
2018	38 970,34
2019	82 116,42
2020	160 758,28
2021	173 142,22
2022	237 952,31
2023	323 749,51



7-INFORMAÇÃO EXIGIDA POR DOCUMENTOS LEGAIS

Tendo em consideração o disposto no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, declara-se que:

- A atual situação de conflito entre a Rússia e a Ucrânia, bem como no Médio Oriente, está a ter um impacto significativo na Europa, cujas consequências diretas para a atividade da empresa são ainda difíceis de estimar. Ainda que a exposição direta da empresa a estes mercados seja inexistente, a Gerência exerce uma monitorização constante sobre eventuais impactos indiretos, não antecipando, à data de hoje, impactos relevantes para a atividade da empresa relacionados com o desenrolar do conflito e da crise energética associada;
- Não ocorreram outros acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e, ou, divulgação nas contas do exercício;
- A sociedade alienou ações próprias durante o exercício. A sociedade passou a deter quotas próprias de 3,38% do capital;
- A sociedade não é devedora de qualquer importância relativa a impostos ou contribuições para a Segurança Social;
- A sociedade não realizou despesas associadas a atividades de investigação e desenvolvimento;
- Não foram realizados negócios entre a sociedade e a Gerência;
- Não existem sucursais da sociedade;
- Não ocorreram, desde o termo do exercício até à presente data, quaisquer factos relevantes, que ponham em causa e evolução previsível da sociedade.

8-PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS

A exposição por parte da NacionalGest – Consultores de Seguros, Lda. aos riscos de preço, de crédito, de liquidez e de fluxos de caixa, subordinados aos objetivos e políticas em matéria de gestão dos riscos financeiros, está estruturada nas necessidades próprias do negócio.

Este fator permite uma forte consolidação da sua estrutura financeira e, ao mesmo tempo, anular o peso dos juros pagos. De facto, o equilíbrio financeiro continua a constituir-se como uma das referências do desenvolvimento e suporte de persistência da Gerência, ao não prever, no futuro, a descontinuidade da sua atividade.


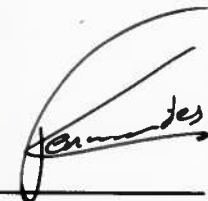
9-NOTAS FINAIS

Como nota final, reputamos de maior justiça expressar uma nota de reconhecimento a todos os colaboradores, pelo seu empenho e sentido profissional, cujo contributo foi fundamental para o desempenho alcançado, e a todos os parceiros, agentes e seguradoras, pelas excelentes relações estabelecidas.

Aos clientes e parceiros, para os quais a NacionalGest – Consultores de Seguros, Lda., trabalha para prestar um serviço diferenciador e de qualidade crescente, agradecemos o voto de confiança

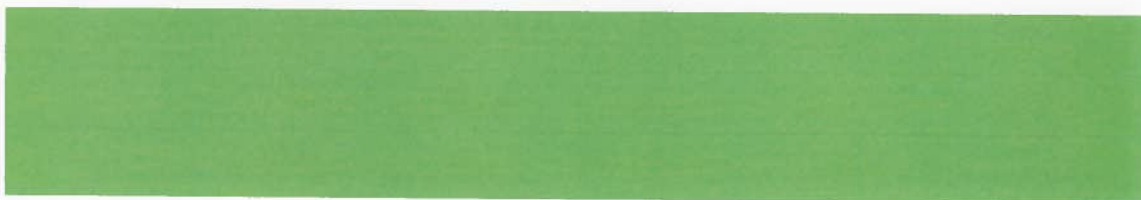
Faro, 15 de Abril de 2024

A Gerência



NacionalGest
CONSULTORES DE SEGUROS
Nacional Gest - Consultores de Seguros, Lda.
504939424



ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO

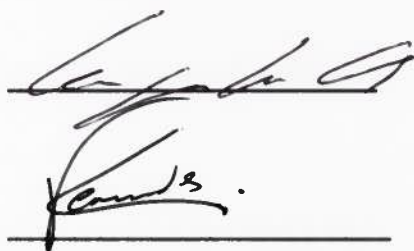


BALANÇO

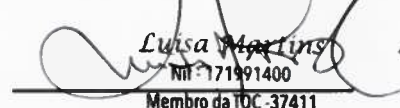
Período findo em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

RUBRICAS	Notas	2023	2022	2021
ACTIVO				
Activo não corrente				
Activos fixos tangíveis	8	236 962,55	117 240,56	120 613,91
Activos intangíveis	7	3 339 895,38	716 675,72	71 687,60
Investimentos financeiros	11	1 037 362,49	159 660,94	441 452,88
Subtotal		4 614 220,42	993 577,22	633 754,39
Activo corrente				
Cientes	16a	356 375,97	255 002,35	257 073,36
Estado e outros entes públicos	16b	2 760,00	2 765,65	7,03
Outras créditos a receber	16a	1 644 919,61	2 436 841,98	1 796 336,20
Diferimentos	20b	2 650,00	3 340,50	9 695,03
Activos financeiros detidos para negociação		2 480,12	2 480,12	1 564,31
Caixa de depósitos bancários	4	362 086,43	332 900,50	427 254,67
Subtotal		2 371 272,13	3 033 331,10	2 491 930,60
Total do activo		6 985 492,55	4 026 908,32	3 125 684,99
CAPITAL PRÓPRIO				
Capital Subscrito	17	260 000,00	260 000,00	65 000,00
Ações (Quotas) Próprias	17	-16 253,83	-21 149,89	-30 369,73
Reservas Legais	17	65 008,85	58 007,29	35 574,94
Outras Reservas	17	33 955,96	29 059,90	19 840,06
Resultados transitados	17	289 016,40	405 576,80	271 938,85
Ajust./Outras Variações do Capital Próprio	17	157 526,28	-13 176,92	0,00
Subtotal		789 253,66	718 317,18	361 984,12
Resultado líquido do período	15	323 749,51	237 952,31	173 142,22
Total do capital próprio		1 113 003,17	956 269,49	535 126,34
PASSIVO				
Passivo Não Corrente				
Financiamentos obtidos	10	2 399 870,01	1 309 388,69	1 107 125,58
Subtotal		2 399 870,01	1 309 388,69	1 107 125,58
Passivo corrente				
Fornecedores	16a	118 687,90	118 704,05	69 309,23
Estado e outros entes públicos	16b	252 144,46	123 346,60	79 129,06
Financiamentos obtidos	10	2 127 362,80	889 448,25	705 137,18
Diferimentos	20b	2 549,73	1 160,66	629 857,60
Outras dívidas a pagar	16a	971 874,48	628 590,58	0,00
Subtotal		3 472 619,37	1 761 250,14	1 483 433,07
Total do passivo		5 872 489,38	3 070 638,83	2 590 558,65
Total do capital próprio e do passivo		6 985 492,55	4 026 908,32	3 125 684,99

A Gerência



O Contabilista Certificado



 Luisa Martins
 N.º 171991400
 Membro da ITC - 37411



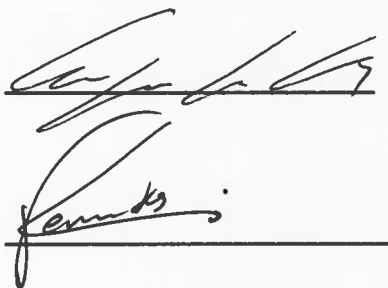
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Período findo em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

Rendimentos e Gastos	Notas	PERÍODOS	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados	12	5 657 653,53	4 004 076,36
Subsídios à exploração	13	6 119,48	6 240,01
Fornecimentos e serviços externos	20a	-2 420 120,87	-1 821 317,25
Gastos com o pessoal	18	-2 199 832,91	-1 655 021,23
Outras Imparidades (perdas/reversões)	7	-89 741,45	0,00
Aumentos / reduções de justo valor		119 229,34	-84,19
Outros rendimentos	16d	134 912,09	106 262,35
Outros gastos	16d	-184 861,83	-127 923,52
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1 023 357,38	512 232,53
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	7/8	-338 177,35	-102 695,41
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		685 180,03	409 537,12
Juros e rendimentos similares obtidos	16d	46,59	0,00
Juros e Gastos similares suportados	16c	-140 096,39	-41 789,02
Resultado Antes do imposto		545 130,23	367 748,10
Impostos sobre o rendimento do período	15	-221 380,72	-129 795,79
Resultado Líquido do período		323 749,51	237 952,31

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023.

A Gerência



O Contabilista Certificado



Luísa Martins
Nif. 171991400
Membro da TOC - 87411

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO NO PERIODO DE 2023

Descrição	NOTAS	Capital Realizado	Quotas Próprias	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Ajust./out. variações capital próprio	Resultado Líquido do período	Total do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INICIO DO PERIODO	6	260 000,00	-21 149,89	58 007,29	29 059,90	405 576,80	-13 176,92	237 952,31	956 269,49
ALTERAÇÃO NO PERIODO									
Outras alt.reconhecidas no capital próprio						0,00		-237 952,31	
	7	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-237 952,31	-237 952,31
RESULTADO LIQUIDO DO PERIODO	8	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	323 936,50	323 749,51
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	85 984,19	85 797,20
OP. C/ DET.CAPITAL NO PERIODO									
Distribuições		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Efeitos da Fusão/Alíenação		0,00	4 896,06	-4 896,06	4 896,06	0,00	170 703,20		175 599,26
Aplicação de resultado do período		0,00	0,00	11 897,62	0,00	-116 560,40	0,00	0,00	-142 615,09
	10	0,00	4 896,06	7 001,56	4 896,06	-116 560,40	170 703,20	0,00	70 936,48
POSIÇÃO NO FIM DO PERIODO 2023	11=6+7+8+10	260 000,00	-16 253,83	65 008,85	33 955,96	289 016,40	157 526,28	323 936,50	1 113 003,17

A Gerência



O Contabilista Certificado



Luisa Martins
NIF - 171991400
Membro da IOC - 32411



NacionalGest
 CONSULTORES DE SEGUROS
 Nacional Gest - Consultores de Seguros, Lda.
 504939424

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA NOS PERIODOS DE 2023 e 2022

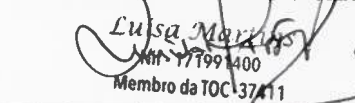
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA			
RUBRICAS	Notas	2023	2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de Clientes		5 556 280,00	4 006 147,00
Pagamento a Fornecedores		-1 685 136,01	-2 180 897,95
Pagamentos ao Pessoal		-1 502 946,39	-1 026 430,65
Caixa gerada pelas operações		2 368 197,60	798 818,40
Pagamentos/recebimentos do imposto sobre o rendimento		-65 328,42	-96 303,51
Outros recebimentos/pagamentos		164 622,03	520 671,62
(1) Fluxos de caixa das actividades operacionais		2 467 491,21	1 223 186,51
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-219 935,97	-38 390,64
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		-522 601,89	-550 787,01
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		366 250,00	49 999,99
Outros activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
(2) Fluxos de caixa das actividades de investimento		-376 287,86	-539 177,66
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		406 474,97	650 000,00
Realizações de Fundos		0,00	0,00
Coberturas de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-2 328 396,00	-1 386 574,00
Juros e gastos similares		-140 096,39	-41 789,02
Reduções de Fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
(3) Fluxos de caixa das actividades de financiamento		-2 062 017,42	-778 363,02
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		29 185,93	-94 354,17
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		332 900,50	427 254,67
Caixa e seus equivalentes no fim do período		362 086,43	332 900,50

A Gerência



NacionalGest
 CONSULTORES DE SEGUROS
 Nacional Gest – Consultores de Seguros, Lda.
 504939424

O Contabilista **Certificado**


 Luisa Martins
 N.º 77799400
 Membro da TOC 37411

DEMONSTRAÇÃO DOS GASTOS E PERDAS NOS PERIODOS DE 2023 e 2022

Rubricas	v.2023/2022	2023	2022	2021
GASTOS E PERDAS				
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	598 803,62	2 420 120,87	1 821 317,25	1 529 554,25
Trabalhos especializados	69 103,26	401 017,68	331 914,42	157 280,27
Publicidade e propaganda	-23,48	18 073,81	18 097,29	960,63
Vigilância e segurança	-385,10	2 398,54	2 783,64	1 817,89
Honorários	32 652,75	50 788,18	18 135,43	7 439,16
Conservação e reparação	5 430,97	9 388,59	3 957,62	10 849,12
Comissões	230 867,33	682 308,23	451 440,90	500 883,51
Ferramentas e utensílios	4 879,66	14 253,97	9 374,31	10 027,34
Serviços bancários	22 436,02	49 413,34	26 977,32	38 730,41
Material de escritório	-4 858,55	5 271,99	10 130,54	3 285,40
Artigos para oferta	7 987,70	8 798,20	810,50	0,00
Outros Serviços	23 409,35	23 424,00	14,65	31,49
Eletricidade	-1 373,87	30 626,64	32 000,51	26 001,69
Combustíveis	-10 062,75	6 561,93	16 624,68	21 895,36
Água	-1 088,81	7 330,64	8 419,45	5 972,10
Deslocações e estadas	96 367,67	542 035,73	445 668,06	430 060,52
Rendas e alugueres	108 458,62	389 304,95	280 846,33	202 589,16
Comunicação	15 695,24	96 625,13	80 929,89	55 552,90
Seguros	-1 375,73	8 163,99	9 539,72	5 024,07
Contencioso e notariado	-3 121,94	1 536,85	4 658,79	1 082,10
Despesas de representação	2 599,47	68 554,15	65 954,68	41 704,50
Limpeza, higiene e conforto	1 293,92	3 629,31	2 335,39	6 173,96
Serviços Diversos	-88,11	615,02	703,13	2 192,67
DESPESAS COM O PESSOAL	544 811,68	2 199 832,91	1 655 021,23	1 427 769,50
Remuneração dos Órgãos Sociais	-6 701,69	137 724,86	144 426,55	136 871,72
Remunerações do pessoal	370 702,52	1 548 222,44	1 177 519,92	1 006 160,64
Encargos s/Remunerações T. Independente	1 590,19	1 590,19	0,00	0,00
Encargos sobre remunerações	55 638,68	311 584,34	255 945,66	223 447,96
Seguros de acid.trab. Doenças Prof.	22 521,01	32 668,50	10 147,49	8 567,25
Seguros de Saúde	9 068,07	45 411,76	36 343,69	26 266,28
Gastos com Formação Profissional	46 133,39	65 565,55	19 432,16	19 810,65
Outros gastos com o pessoal	45 859,51	57 065,27	11 205,76	6 645,00
GASTOS COM DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	325 223,39	427 918,80	102 695,41	51 954,96
Gastos de depreciação e de amortização	235 481,94	338 177,35	102 695,41	51 954,96
Perdas por imparidade	89 741,45	89 741,45	0,00	0,00
OUTROS GASTOS E PERDAS	56 938,31	184 861,83	127 923,52	154 043,32
Impostos Diretos	0,00	0,00	0,00	162,50
Impostos Indiretos	30 134,51	115 015,02	84 880,51	71 263,28
Taxas	-514,00	2 861,50	3 375,50	1 584,32
Gastos e Perdas em Subsidiarias	3 664,89	33 549,45	29 884,56	41 049,39
Associadas e Empreendimentos Conjuntos	0,00	0,00	0,00	0,00
Gastos e Perdas nos Rest.Inv. Financeiros	14 812,50	14 812,50	0,00	7,56
Gastos e Perdas em Inv. Não Financeiros	0,00	0,00	0,00	5 823,14
Outros gastos e perdas	8 840,41	18 623,36	9 782,95	34 153,13
GASTOS E PERDAS FINANCEIRAS	98 307,37	140 096,39	41 789,02	27 565,28
Gastos e perdas de financiamento	375,00	375,00	0,00	2 379,35
Juros Suportados	97 932,37	139 721,39	41 789,02	25 185,93
Total	1 624 084,37	5 372 830,80	3 782 216,43	3 190 887,31

A Gerência



NacionalGest

CONSULTORES DE SEGUROS

Nacional Gest - Consultores de Seguros, Lda. Contabilista Certificada

504939424

Luisa Martins

Nif - 171991400

Membro da TOC - 37411

DEMONSTRAÇÃO DOS RENDIMENTOS E GANHOS NOS PERIODOS 2023 e 2022

RUBRICAS	V.2023/2022	2023	2022
72- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	1 653 577,17	5 657 653,53	4 004 076,36
72111 - Comissões	332 758,89	4 336 835,25	4 004 076,36
72112 - Incentivos	1 320 818,28	1 320 818,28	0,00
75 - SUBSIDIOS	-120,53	6 119,48	6 240,01
751 - SUBSIDIOS DO ESTADO/OUTROS	-120,53	6 119,48	6 240,01
7511 - Subsídios	-120,53	6 119,48	6 240,01
77 - GANHOS POR AUMENTO/REDUÇÃO JUSTO VALOR	119 313,53	119 229,34	-84,19
772 - EM INVESTIMENTOS FINANCEIROS	119 313,53	119 229,34	-84,19
7721 - Investimentos Financeiros	119 313,53	119 229,34	-84,19
78 - OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	28 649,74	134 912,09	106 262,35
781 - RENDIMENTOS SUPLEMENTARES	28 649,74	134 912,09	106 262,35
7816 - Outros Rend. Suplementares	-106 153,69	83,80	106 237,49
7851 - Aplicação do método (MEP)	77 354,66	77 354,66	0,00
7858 - Outros Rendimentos e Ganhos em Subsidiárias	49 471,39	49 471,39	0,00
7868 - Outros Rend. Ganhos	6,39	6,39	0,00
7871 - Ganhos em Ativos Tangíveis	7 300,00	7 300,00	0,00
7881 - Correções Relativas Períodos Anteriores	21,13	21,50	0,37
7888 - Outros não Especificados	649,86	674,35	24,49
79 - JUROS DIVIDENDOS E OUTROS RENDIMENTOS	46,59	46,59	0,00
791 - JUROS OBTIDOS	46,59	46,59	0,00
7911 - De Depósitos	46,07	46,07	0,00
7918 - De Outros Financiamento	0,52	0,52	0,00
Total	1 801 382,31	5 917 961,03	4 116 578,72



 CONSULTORES DE SEGUROS

 Nacional Gest - Consultores de Seguros, Lda.

 504939424

A Gerência



O Contabilista Certificado

 N.º 17.903.1.00

 Membro da OC-59TT





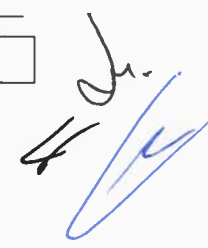
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2023

(MONTANTES EXPRESSOS EM EURO)



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



1-IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

- 1.1 - Designação da entidade:** NacionalGest - Consultores de Seguros, Lda.
- 1.2 - Sede:** Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, Edifício Satélite, Loja 4, 8125-154 Quarteira
- 1.3 - Natureza da atividade:** a empresa NacionalGest - Consultores, Lda. é uma sociedade por quotas, constituída em 12/01/2011, exercendo como atividade principal a mediação de seguros, com o CAE 66220, e tem como NIPC 504939424.

(Valores expressos em euros)

EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE	2023			2022
	Quantias	Varição em Valor	Varição face ao período anterior	Quantias
Volume de Negócios	5 657 653,53	1 653 577,17	41,30%	4 004 076,36
Total do Balanço	6 985 492,55	2 958 584,23	73,47%	4 026 908,32
Resultado Operacional	685 180,03	275 642,91	67,31%	409 537,12

2-REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

2.1-Indicação do referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-lei nº 158/2009 de 13 de Julho com as retificações da Declaração de Retificação nº 67- B/2009 de 11 de Setembro e com as alterações introduzidas pela Lei nº 20/2010 de 23 de Agosto, do decreto lei 36 A/2011 de 9 de março e do Decreto-Lei 98/2015 de 2 de junho de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro.

Os instrumentos legais do SNC são os seguintes:

- Aviso n.º 8254/2015 (Estrutura conceptual);
- Portaria n.º 220/2015 (Modelos de demonstrações financeiras);
- Portaria n.º 218/2015 (Código de contas);
- Aviso n.º 8256/2015 (Normas contabilísticas e de relato financeiro);
- Aviso n.º 8258/2015 (Normas interpretativas 1 e 2);

Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações, são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada:

- as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho;
- as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

É ainda aplicada a Norma Regulamentar n.º 13/2022-R, de 30 de dezembro, que regulamenta o regime jurídico da distribuição de seguros e de resseguros, emitida pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

2.2 - Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3 - Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2023 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.

3- PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:

3.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras apresentam-se em euros e foram preparadas no pressuposto da continuidade, a partir dos registos contabilísticos da Empresa, utilizando o regime do acréscimo, consistência da apresentação, substância sobre a forma e materialidade.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que o Órgão de Gestão formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:



Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado. Não é considerada qualquer quantia residual. As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada (em anos):

- Software: 3 anos;
- Carteiras de seguros adquiridas: 10 anos
- Outros elementos não especificamente mencionados: 3 anos.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente, sendo o efeito das alterações a estas estimativas reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ativos intangíveis (independentemente da forma como são adquiridos ou gerados) com vida útil indefinida são amortizados num prazo máximo de 10 anos.

Se existe algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a amortização desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expectativas

Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada (em anos):

- Edifícios e outras construções: 10 anos;
- Equipamento básico: 3 a 8 anos;
- Equipamento de transporte: 4 a 5 anos;
- Equipamento administrativo: 3 a 8 anos.

Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a respetiva depreciação, de forma prospetiva, para refletir as novas expectativas.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos, nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis, são registados como gasto do

período em que são incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos também são registados como gasto.

Os investimentos em curso referem-se a ativos em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estão nas condições necessárias para operar pretendidas pelo órgão de gestão (disponíveis para uso).

As mais ou menos valias resultantes de eventuais alienações ou abates do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o valor de realização e o valor líquido contabilístico, na data de alienação ou abate, sendo registadas, na demonstração dos resultados, nas rubricas de “Outros rendimentos e ganhos” ou de “Outros gastos e perdas”.

Locações

Os contratos de locação são classificados:

- como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação;
- como locações operacionais se, através deles, não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.
- a classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.
- os ativos fixos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual.
- adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.
- nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período do contrato de locação.

Custos de empréstimos obtidos

Os custos com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício, de acordo com o princípio do acréscimo.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos tangíveis são capitalizados, fazendo, portanto, parte do custo do ativo.

Imparidade de ativos

À data do Balanço é efetuada uma avaliação da existência objetiva de imparidades das quais resulte, nomeadamente, um impacto adverso decorrente de eventos ou alterações de circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual os ativos se encontram reconhecidos possa não ser recuperável.

Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada de imediato na Demonstração dos resultados na rubrica de Perdas por imparidade.

As perdas por imparidade de contas a receber são registadas em função dos riscos de cobrança identificados no final do exercício em relação aos saldos a receber de clientes e outros devedores, através da análise da antiguidade dos saldos, de dificuldades financeiras conhecidas dos devedores ou outros litígios identificados.

Instrumentos financeiros

i. Clientes

Os créditos sobre clientes estão mensurados pelo seu valor nominal. Com efeito, a totalidade das vendas é realizada em condições normais de crédito e os correspondentes saldos de clientes não incluem juros debitados ao cliente. Não existem situações de créditos que apresentem um prazo superior ao das condições normais de venda (em que, portanto, a dívida devesse estar mensurada ao custo amortizado, utilizando o método do juro efetivo).

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes, de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não sejam recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade.

ii. Empréstimos e contas a pagar não correntes

Os empréstimos e as contas a pagar não correntes são registados no passivo pelo seu valor nominal. Não existem situações em que a eventual aplicação do método do custo amortizado conduzisse a diferenças de mensuração materialmente relevantes.

iii. Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito de uma eventual expressão pelo valor atual é considerado imaterial.

Ativos e passivos expressos em moeda estrangeira

Todos os ativos e passivos eventualmente expressos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda de apresentação funcional (o euro), utilizando-se as cotações oficiais vigentes na data de reporte. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas

diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e aquelas em vigor na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas, como rendimentos ou gastos (operacionais ou financeiros), na demonstração dos resultados do período.



Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, e seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir, uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Imposto sobre o rendimento

O gasto relativo a “Imposto sobre o rendimento do período” representa a soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade, de acordo com as regras fiscais em vigor.

O imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados, e anualmente avaliados, utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

No final de cada período, é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

De acordo com a legislação em vigor em Portugal, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão

e correção por parte das autoridades competentes durante um período de quatro anos (cinco anos para a segurança social) exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos.

A gerência da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões ou inspeções, por parte das autoridades fiscais, àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

Rédito

O Rédito proveniente das prestações de serviços inclui os influxos brutos de benefícios económicos recebidos e a receber pela Entidade de sua própria conta. As quantias cobradas por conta de terceiros tais como impostos sobre vendas, não são benefícios económicos que fluam para a entidade e não resultam em aumentos de capital próprio. Por isso são excluídos do rédito.

De forma semelhante, num relacionamento de agência, os influxos brutos de benefícios económicos que não resultem em aumentos de capital próprio para o agente, são excluídos do rédito. As quantias cobradas por conta do capital não são rédito. Em vez disso o rédito é a quantia da comissão.

As prestações de serviços são constituídas, em exclusivo, por comissões relacionadas com prémios de seguros, sendo apenas reconhecida como rédito quando se verifica a cobrança desses prémios, por se considerar que apenas nessa data estão reunidas todas as condições para o reconhecimento do mesmo.

No que concerne aos recibos de prémios remetidos à “NacionalGest Consultores de Seguros, Lda.” pelas Companhias de Seguros, para efeitos de cobrança, não é efetuado qualquer registo contabilístico até ao momento do efetivo recebimento do prémio por esta sociedade, uma vez que os tomadores têm liberdade de pagar os prémios através de qualquer canal alternativo. Originando, nesse momento, a obrigação da entrega desse prémio (eventualmente deduzido da respetiva comissão) à Companhia de Seguros.

Nos casos em que os tomadores dos seguros fazem o pagamento diretamente às Companhias de Seguros, a empresa procede ao registo da comissão, na demonstração dos resultados do exercício em que ocorreu a efetiva cobrança no prémio por parte das companhias de seguros.

Nas situações em que a empresa tem direito ao recebimento de comissões adicionais em função da sinistralidade/objetivos da carteira no exercício, são consideradas as melhores estimativas dos montantes a receber com base na informação disponível à data de preparação das Demonstrações Financeiras.

As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo, pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos ou gastos são registadas nas rubricas de “Diferimentos” ou “Outras dívidas a pagar” ou “Outros créditos a receber”.

Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, foram adotados certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- a definição das vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber;
- a quantificação de provisões.

As estimativas foram determinadas considerando a melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e, os correspondentes rendimentos e gastos, são registados nas rubricas “Outras contas a receber e a pagar” e “Diferimentos”.

Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, diuturnidades, compensação por isenção de horário e subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo Órgão de Gestão.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e a subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na Demonstração dos resultados, na rubrica de Reversões de perdas por imparidade, e efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.



Caixa e Depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no Passivo corrente, na rubrica de Financiamentos obtidos.

3.2– Outras políticas contabilísticas relevantes

Não foram adotadas outras políticas contabilísticas relevantes.

3.3 – Juízos de valor (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacte nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

A preparação das Demonstrações Financeiras de acordo com as NCRF exigiu que o Órgão de Gestão formulasse julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos.

As estimativas e pressupostos associados foram baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formaram a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem divergir das estimativas.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Empresa, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um outro tratamento tivesse sido escolhido. A Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

3.4 – Principais pressupostos relativos ao futuro que tenham um risco significativo de provoca ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte


O Órgão de Gestão procedeu à avaliação da capacidade de a Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro.

O Órgão de Gestão concluiu que dispõe de recursos adequados para manter as suas atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023.

3.5 – Principais fontes de incerteza das estimativas que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. As alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir daquelas estimativas.

4



4. - FLUXOS DE CAIXA

Os saldos de meios financeiros líquidos estão integralmente disponíveis para utilização e são compostos como se apresenta em seguida:

(Valores expressos em euros)

Descrição	Total 2023	Total 2022	Total 2021
Caixa	20 235,73	1 908,46	1 613,43
Caixa	20 235,73	1 908,46	1 613,43
Depósitos Bancários	341 850,70	330 992,04	425 641,24
Depósitos à Ordem	320 822,63	260 705,68	418 641,24
Outros Depósitos Bancários	21 028,07	70 286,36	7 000,00
Total	362 086,43	332 900,50	427 254,67

5 - POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Neste período:

- não ocorreu a aplicação inicial de qualquer NCRF;
- não foi efetuada nenhuma alteração voluntária em políticas contabilísticas com efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, ou com possíveis efeitos em períodos futuros;
- não houve alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em futuros períodos;
- não se detetaram erros materiais relativos a períodos anteriores.

6. PARTES RELACIONADAS

Os saldos e os movimentos ocorridos entre as partes relacionadas no ano de 2023 estão expressos nos quadros abaixo:

6.1-Relacionamentos com a empresa-mãe:

O Capital Social da NacionalGest – Consultores, Lda., no decurso do ano em análise, sofreu algumas alterações dos sócios detentores do capital, apresentado a estrutura a 31/12/2023 conforme quadro abaixo.

A sociedade detém ações Próprias da empresa representando 3,38% do capital social.

A sociedade Nacional Gest – SGPS S.A. é detentora de ações da NacionalGest – Consultores de Seguros, Lda., representativas de 75,44 % da totalidade do capital social.

Sócios 31/12/2022	% Capital 31/12/2022	Valor Registrado na Contabilidade em 31/12/2022	Alterações Cedência/Aquisição	% Capital 31/12/2023	Valor final aplicação da %	Valor final Contabilidade 2023
Nacional Gest - SGPS S.A.	75,44%	196 137,20	0,00%	75,44%	196 144,00 €	196 137,20
NacionalGest - Quotas próprias	4,40%	11 449,78	-1,02%	3,38%	8 788,00 €	8 799,41
Virgílio da Fonte Reis	4,96%	12 890,56	0,00%	4,96%	12 896,00 €	12 890,56
Armandino José Gonçalves Courelas	2,48%	6 455,40	0,00%	2,48%	6 448,00 €	6 455,40
Joaquim Alberto Paula Viegas	2,19%	5 694,50	0,00%	2,19%	5 694,00 €	5 694,50
Frederico de Almeida Correia Alves	2,46%	6 401,59	0,00%	2,46%	6 396,00 €	6 401,59
Francisco Eduardo Belçudo Galinha	0,65%	1 691,64	0,00%	0,65%	1 690,00 €	1 691,64
Cláudio Jorge Ramos Gonçalves	0,23%	590,51	0,00%	0,23%	598,00 €	590,51
Carlos Fernando Fernandes Marreiros	0,23%	590,51	0,00%	0,23%	598,00 €	590,51
Manuel José Miranda Molta de Deus	0,23%	590,51	0,00%	0,23%	598,00 €	590,51
Luis Filipe dos Santos Fernandes	0,23%	590,51	0,00%	0,23%	598,00 €	590,51
Rui Manuel Santos de Freitas	0,30%	775,76	0,00%	0,30%	780,00 €	775,76
Atalde Oliveira Contreiras Cavaco	0,89%	2 309,53	0,00%	0,89%	2 314,00 €	2 309,53
Maria Goreti Pinto Afonso Vedes Zanatti	5,32%	13 832,00	0,00%	5,32%	13 832,00 €	13 832,00
Vera Lúcia da Silva Custo	0,00%	0,00	1,02%	1,02%	2 652,00 €	2 650,37
totais	100,00%	260 000,00	0,00%	100,00%	260 026,00 €	260 000,00

Em 31 de Dezembro de 2023, a sociedade detinha as seguintes Participações Financeiras

Outros Investimentos Financeiros	% Participação
Equipa Maravilha, Lda.	100,00%
Oli4, Mediação de Seguros, Lda.	100,00%
Goreti Seguros, Lda.	100,00%
Somas definidas, Lda.	100,00%
Master Seguros Lda.	100,00%
Meditota, Lda.	100,00%
Ag And Go Rent a Car, Lda.	5,00%
Liber med Sociedade de Mediação Seguros, Lda.	5,90%

6.2-Saldos e transações com entidades relacionadas

No quadro abaixo, pode verificar-se os saldos e operações com entidades relacionadas:

Entidade	2023		2022	
	Devedores	Credores	Devedores	Credores
<i>Equipamaravilha, Lda</i>	0,00	1 295,79	0,00	1 295,79
<i>Oli4 - Mediação de Seguros, Lda</i>	1 249,47	0,00	221,97	0,00
<i>Goreti Seguros, Lda.</i>	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Somas Definidas</i>	403,75	0,00	0,00	0,00
<i>Master Seguros Lda.</i>	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Meditota, Mediação de Seguros, Lda</i>	185,00	0,00	0,00	0,00
<i>AG and GO - Rent a Car, Lda</i>	0,00	0,00	46,80	19 381,02
<i>Liber med Sociedade de Mediação Seguros, Lda.</i>	85,00	0,00	0,00	0,00
TOTAIS	1 923,22	1 295,79	268,77	20 676,81

A NacionalGest – Consultores de Seguros, Lda., em 31/12/2023 apresenta um total de 1 295,79€ em dívida e o valor de 1 923,22€ por receber das partes relacionadas.

7 - ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis são constituídos essencialmente por “carteiras de seguros” adquiridas, sendo que foram todos adquiridos a entidades externas e estão valorizados ao custo de aquisição.

No caso dos ativos com vida útil definida, a amortização é feita, após a data em que os bens estão disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado.

No caso particular das carteiras de seguros adquiridas, considera-se que a vida útil é indefinida e, como tal, procede-se à respetiva amortização ao longo de um período de 10 anos.

Durante o exercício de 2023 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

(Valores expressos em euros)

Rubrica	Saldo inicial 31/12/2022	Adições	Regularizações	Reclassificações	Saldo Final 31/12/2023
Ativos Fixos Intangíveis:					
Goodwill	577 530,75	2 072 399,24		0,00	2 649 929,99
Programas de computador	3 085,67	0,00		0,00	3 085,67
Outros Activos intangíveis	294 794,49	0,00		0,00	294 794,49
Adiantamentos por conta de Activos Intangíveis	0,00	850 000,00			850 000,00
Total Ativo Intangível Bruto	875 410,91	2 922 399,24		0,00	3 797 810,15
Depreciações Acumuladas:					
Goodwill	133 635,44	268 384,76		0,00	402 020,20
Programas de computador	1 770,30	0,00	1 315,37	0,00	3 085,67
Outros Activos intangíveis	23 329,45	29 479,45		0,00	52 808,90
Total Amortizações Acumuladas	158 735,19	297 864,21		0,00	457 914,77
Total Ativo Intangível Líquido	716 675,72	2 624 535,03		0,00	3 339 895,38

Jr.
K

8 - ATIVOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações foram calculadas, após a data em que os bens ficaram disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis foram determinadas de acordo com as expectativas quanto à capacidade de gerar benefícios económicos futuros.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as depreciações, as perdas por imparidade e suas reversões e outras alterações, são apresentadas no quadro seguinte:

(Valores expressos em euros)

Rubrica	Saldo inicial 31/12/2022	Alteração com Fusão	01/01/2023 após Fusão	Adições	Alienação	Saldo Final 31/12/2023
Ativos Fixos Tangíveis:						
Edifícios e Outras Construções	41 477,23	0,00	0,00	216 454,01	0,00	257 931,24
Equipamento Básico	26 878,59	0,00	0,00	0,00	0,00	26 878,59
Equipamento de Transporte	58 259,08	0,00	0,00	0,00	58 259,08	0,00
Equipamento Administrativo	191 721,01	0,00	0,00	19 235,78	0,00	210 956,79
Investimentos em Curso	44 411,33	0,00	0,00	0,00	44 411,33	0,00
Outros Ativos Fixos Tangíveis	19 233,93	0,00	0,00	1 569,17	0,00	20 803,10
Total Ativo Tangível Bruto	381 981,17	0,00	0,00	237 258,96	102 670,41	516 569,72
Depreciações Acumuladas:						
Edifícios e Outras Construções	28 569,88	0,00	0,00	23 331,87	0,00	51 901,75
Equipamento Básico	26 352,17	0,00	0,00	526,42	0,00	26 878,59
Equipamento de Transporte	25 446,59	0,00	0,00	0,00	25 446,59	0,00
Equipamento Administrativo	166 404,57	0,00	0,00	16 067,22	0,00	182 471,79
Outros Ativos Fixos Tangíveis	17 967,40	0,00	0,00	387,63	0,00	18 355,04
Total Ativo Tangível Líquido	264 740,61	0,00	0,00	40 313,14	25 446,59	279 607,17
Total Líquido	117 240,56	0,00	0,00	0,00	77 223,82	236 962,55

9 – LOCAÇÕES

Não aplicável.

10. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

A sociedade é devedora, no final do período em análise dos seguintes montantes:

Rubrica	2023			2022		
	Corrente	N/Corrente	Total	Corrente	N/corrente	Total
Total Financiamentos Bancários + Outros Financiadores	2 127 362,80	2 399 870,01	4 527 232,81	889 448,25	1 309 388,69	2 198 836,94

46
Jr.
[Handwritten signature]

a) **Financiamentos Bancários:**

Rubrica	2023			2022		
	Corrente	N/Corrente	Total	Corrente	N/Corrente	Total
Emprestimos Bancários						
Cartão Business Trade 3762	36,50	0,00	36,50	36,50	0,00	36,50
Cartão Business Trade 9129	5 517,64	0,00	5 517,64	1 846,41	0,00	1 846,41
MG - Empréstimo 324.36.000064-4	823,39	6 197,29	7 020,68	16 780,80	6 197,29	22 978,09
MG Crédito Invest. 283.36.000178-0	5 422,90	152 859,65	158 282,55	55 181,64	152 859,65	208 041,29
MG Crédito Invest. 283.36.000178-2023	365 663,96	0,00	365 663,96	0,00	0,00	0,00
MG Mutuo 324-50,000018-1	2 389,93	40 154,93	42 544,86	16 522,68	40 154,93	56 677,61
NB - CCC 0004 3355 4014	0,00	0,00	0,00	250 000,00	0,00	250 000,00
NB - CCC 0006 3054 1323	774 000,00	0,00	774 000,00	0,00	0,00	0,00
NB - CC 0340	15,00	0,00	15,00	491,05	0,00	491,05
NB - Financiamento 0770110711	12 853,52	0,00	12 853,52	49 989,01	0,00	49 989,01
NB - Financiamento 07701252	0,00	92 686,85	92 686,85	0,00	0,00	0,00
NB - Financiamento 07701252	0,00	389 851,52	389 851,52	0,00	0,00	0,00
Bankinter - CCC 18820352669	100 000,00	0,00	100 000,00	0,00	0,00	0,00
BPI Empréstimo - 5899527830001	0,00	0,00	0,00	10 000,00	0,00	10 000,00
BPI Empréstimo - 7-5899527.035.001	100 000,00	0,00	100 000,00	0,00	0,00	0,00
BPI Empréstimo - 5899527.783	300 000,00	0,00	300 000,00	0,00	0,00	0,00
BPI - Linha BPI/FEI - EGF 5899527	94 375,00	577 500,00	671 875,00	172 500,00	577 500,00	750 000,00
EuroBic - CCC 870234474000	50 000,00	177 713,81	227 713,81	0,00	0,00	0,00
CGD Caixa Invest Transforma 4508.791	33 306,40	113 360,32	146 666,72	73 306,36	113 360,32	186 666,68
Total	1 844 404,24	1 550 324,37	3 394 728,61	646 654,45	890 072,19	1 536 726,64

b) **Outros Financiadores:**

Rubrica	2023			2022		
	Corrente	N/Corrente	Total	Corrente	N/Corrente	Total
Outros Financiadores						
Tranquilidade Mutuo 10851 (50.508/2017)	0,00	0,00	0,00	7 328,83	584,40	7 913,23
Tranquilidade Mutuo 2019	0,00	0,00	0,00	30 446,45	949,90	31 396,35
Tranquilidade Mutuo 2023	77 903,06	0,00	77 903,06	0,00	0,00	0,00
Tranquilidade 10	0,00	234 185,61	234 185,61	0,00	0,00	0,00
Participantes de Capital	0,00	0,00	0,00	5 000,00	0,00	5 000,00
Fidelidade Mutuo 2020	77 250,00	0,00	77 250,00	87 000,00	77 250,00	164 250,00
Fidelidade Mutuo 2023	100 000,00	0,00	100 000,00	0,00	0,00	0,00
Fidelidade 700k	0,00	600 000,00	600 000,00	0,00	0,00	0,00
Generali Mutuo 2021	27 805,50	0,00	27 805,50	26 602,56	39 314,72	65 917,28
Generali Mutuo 2021	0,00	15 360,03	15 360,03	86 415,96	301 217,48	387 633,44
Total	282 958,56	849 545,64	1 132 504,20	242 793,80	419 316,50	662 110,30

11. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

a. Participações financeiras

Em 31 de Dezembro de 2023 a Empresa é detentora dos seguintes ativos (evidenciados no Balanço na linha de “investimentos financeiros”), mensurados ao custo, MEP, menos perdas por imparidade, totalizando 1 037 362,49€ e decompondo-se da seguinte forma:

Outros Investimentos Financeiros	% Participação	Método de Contabilização	Valor de Participação no Balanço	Imparidades	Valor Líquido
Equipa Maravilha, Lda.	100,00%	MEP	46 142,08	0,00	46 142,08
Oli4, Mediação de Seguros, Lda.	100,00%	MEP	15 236,65	0,00	15 236,65
Goreti Seguros, Lda.	100,00%	MEP	34 643,13	0,00	34 643,13
Somas definidas, Lda.	100,00%	MEP	26 490,11	0,00	26 490,11
Master Seguros Lda.	100,00%	MEP	713 870,44	0,00	713 870,44
Meditota, Lda.	100,00%	MEP	89 741,45	89 741,45	0,00
Ag And Go Rent a Car, Lda.	5,00%	CUSTO	3 750,00	0,00	3 750,00
Liber med Sociedade de Mediação Seguros, Lda.	5,90%	CUSTO	175 599,26	0,00	175 599,26
Títulos de Capital Crédito Agrícola		CUSTO	1 000,00	0,00	1 000,00
Fundo de Compensação do Trabalho		CUSTO	20 630,82	0,00	20 630,82
Total			1 127 103,94	89 741,45	1 037 362,49

Durante o ano de 2023 esta rubrica apresenta uma variação positiva, representada por um aumento de 877 701,55€, justificando-se da seguinte forma:

- Aquisição de mais 50% do capital da empresa Meditota, Lda., tendo ficado com 100% do seu capital.
Foi testado o seu justo valor e verificou-se, objetivamente, que o valor registado na contabilidade é superior à quantia recuperável no futuro pela utilização do mesmo, tendo-se, conseqüentemente, procedido à criação de uma imparidade do mesmo montante.
- Aquisição de 100€% do capital da empresa MasterSeguros - Sociedade Mediadora de Seguros, Lda.;
- Aquisição de 100€% do capital da empresa Somas Definidas, Lda; e,
- Aquisição de 5,90% do capital da empresa Liber med Sociedade de Mediação Seguros, Lda.

A Gerência considera que todas estas operações de investimento foram praticadas em condições que não diferem substancialmente dos valores que seriam praticados no mercado, entre partes independentes. Todos eles consideram-se fulcrais, na ótica de crescimento da sua quota de mercado, aumentando substancialmente a carteira de clientes, bem como a inserção de Recursos Humanos qualificados que contribuem para elevar as competências da NacionalGest, acrescentando uma mais-valia à empresa com o aumento substancial do Rappel.

A gerência prevê a recuperação do investimento feito em 4/5 anos,



b. Fundo de compensação do trabalho

A rubrica de outros ativos financeiros é composta por um saldo de 20 630,82€ relativo às contribuições da sociedade para o “Fundo de Compensação do Trabalho” (FCT). Trata-se de um fundo de capitalização individual, obrigatoriamente financiado pelas entidades empregadoras, por meio de contribuições mensais.

As contribuições para o Fundo de Compensação do Trabalho terminaram em maio de 2023.

No decreto-lei publicado no dia 15 de dezembro de 2023, foram discriminadas de que forma podem, de facto, as empresas investir o valor relativo ao fundo de compensação, entrando em vigor no dia 1 de janeiro de 2024, das quais:

- Apoiar os custos e investimentos com habitações dos trabalhadores;
- Apoiar investimentos em creches ou outros equipamentos que beneficiem os trabalhadores, desde que os mesmos sejam realizados com acordo das estruturas representativas dos trabalhadores;
- Financiar a formação e qualificação certificada dos trabalhadores.

O decreto encontra-se abrangido numa medida prevista no Acordo de Médio Prazo de Melhoria dos Rendimentos, dos Salários e da Competitividade na Agenda do Trabalho Digno.

O valor que consta no FCT pode ser mobilizado em diferentes alturas de acordo com o montante que consta no fundo de compensação:

- As empresas com até 10.000€ no fundo, podem mobilizá-lo a partir do segundo semestre de 2023;
- As empresas com capital entre 10.000€ e 400.000€ podem utilizar até 50% do valor em 2023 e o restante até 2026;
- As empresas que contenham mais de 400.000€ no fundo referido, podem mobilizar 25% do mesmo em 2023 e o restante repartido de forma igual (25% em cada ano) até 2026.

12. RÉDITO

No que concerne aos recibos de prémios remetidos à “NacionalGest consultores de Seguros, Lda.” pelas Companhias de Seguros, para efeitos de cobrança, não é efetuado qualquer registo contabilístico até ao momento do efetivo recebimento do prémio por esta sociedade, uma vez que os tomadores têm liberdade de pagar os prémios através de qualquer canal alternativo.

Originando, nesse momento, a obrigação da entrega desse prémio (eventualmente deduzido da respetiva comissão) à Companhia de Seguros.

Nos casos em que os tomadores dos seguros fazem o pagamento diretamente às Companhias de Seguros, a empresa procede ao registo da comissão, na demonstração dos resultados do exercício em que ocorreu a efetiva cobrança no prémio por parte das companhias de seguros. As quantias de cada categoria significativa de rédito são as seguintes:

O total de prestações de serviços coincide com o total referido na alínea b) da nota 23.

O reconhecimento do rédito associado à prestação de serviços é feito quando adquirido o direito ao mesmo, independentemente de quando é recebido.



Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, os rendimentos obtidos pela empresa no período apresentam a seguinte decomposição:

RUBRICAS	V.2023/2022	2023	2022
72- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	1 653 577,17	5 657 653,53	4 004 076,36
72111 - Comissões	332 758,89	4 336 835,25	4 004 076,36
72112 - Incentivos	1 320 818,28	1 320 818,28	0,00
75 - SUBSIDIOS	-120,53	6 119,48	6 240,01
751 - SUBSIDIOS DO ESTADO/OUTROS	-120,53	6 119,48	6 240,01
7511 - Subsídios	-120,53	6 119,48	6 240,01
77 - GANHOS POR AUMENTO/REDUÇÃO JUSTO VALOR	119 313,53	119 229,34	-84,19
772 - EM INVESTIMENTOS FINANCEIROS	119 313,53	119 229,34	-84,19
7721 - Investimentos Financeiros	119 313,53	119 229,34	-84,19
78 - OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	28 649,74	134 912,09	106 262,35
781 - RENDIMENTOS SUPLEMENTARES	28 649,74	134 912,09	106 262,35
7816 - Outros Rend. Suplementares	-106 153,69	83,80	106 237,49
7851 - Aplicação do método (MEP)	77 354,66	77 354,66	0,00
7858 - Outros Rendimentos e Ganhos em Subsidiárias	49 471,39	49 471,39	0,00
7868 - Outros Rend. Ganhos	6,39	6,39	0,00
7871 - Ganhos em Ativos Tangíveis	7 300,00	7 300,00	0,00
7881 - Correções Relativas Períodos Anteriores	21,13	21,50	0,37
7888 - Outros não Especificados	649,86	674,35	24,49
79 - JUROS DIVIDENDOS E OUTROS RENDIMENTOS	46,59	46,59	0,00
791 - JUROS OBTIDOS	46,59	46,59	0,00
7911 - De Depósitos	46,07	46,07	0,00
7918 - De Outros Financiamento	0,52	0,52	0,00
Total	1 801 382,31	5 917 961,03	4 116 578,72

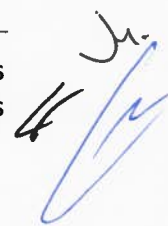
13. SUBSIDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

O valor de subsídio reconhecido em 2023 é no montante de 6 119,48€, referente a estágio de IEFP.

14. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Gerência e autorizadas para emissão a 12 de abril de 2024, contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pelos sócios, nos termos da legislação em vigor em Portugal.

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das Demonstrações Financeiras não houve conhecimento de outros eventos ocorridos que afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do período, ou que requeiram divulgação.



15. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Entidade encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 17% até 50.000 euros de matéria coletável e o restante à taxa de 21%. Em relação à derrama não foi efetuado qualquer cálculo uma vez que o concelho de Loulé tem taxa de Derrama, 0%.

Nos termos do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a Entidade encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos, às taxas previstas no referido código.

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos na Demonstração dos resultados do exercício findos em 31 de dezembro de 2023 foram os seguintes:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Resultados antes de impostos	545 130,23	367 748,10
Imposto sobre o rendimento	221 380,73	129 795,79
<i>Imposto IRC</i>	<i>181 926,35</i>	<i>91 107,76</i>
<i>Tributação Autónoma</i>	<i>39 454,38</i>	<i>38 688,03</i>
Resultado Líquido do Período	323 749,50	237 952,31

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Ativos e Passivos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as rubricas de clientes, fornecedores e outras contas a receber e a pagar apresentavam a seguinte composição:

Ativos Financeiros	2023			2022		
	Corrente	N/Corrente	Total	Corrente	N/corrente	Total
Clientes C/C	356 375,97	0,00	356 375,97	255 002,35	0,00	255 002,35
Outros Créditos a Receber	1 644 919,61	0,00	1 644 919,61	2 436 841,98	0,00	2 436 841,98
Acrescimos de Rendimentos	1 332 105,90	0,00	1 332 105,90	873 000,00	0,00	873 000,00
Outros devedores	312 813,71	0,00	312 813,71	1 563 841,98	0,00	1 563 841,98
Total	2 001 295,58	0,00	2 001 295,58	2 691 844,33	0,00	2 691 844,33

Passivos Financeiros	2023			2022		
	Corrente	N/Corrente	Total	Corrente	N/corrente	Total
Fornecedores C/C	118 687,90	0,00	118 687,90	118 704,05	0,00	118 704,05
Outras Dívidas a Pagar	971 874,18	0,00	971 874,18	628 590,58	0,00	628 590,58
Acrescimo de Gastos	497 638,14	0,00	497 638,14	356 467,03	0,00	356 467,03
Pessoal	55 700,34	0,00	55 700,34	124 080,10	0,00	124 080,10
Outros Credores	418 535,70	0,00	418 535,70	148 043,45	0,00	148 043,45
Total	1 090 562,08	0,00	1 090 562,08	747 294,63	0,00	747 294,63

No quadro abaixo, detalham-se os valores de “acréscimos de rendimentos” e “acréscimo de gastos”:

(Valores expressos em euros)

Acréscimos de Rendimentos	2023		2022
	Quantias	Varição em Valor	quantias
Acrescimo de rendimentos Incentivos	1 320 818,28	447 818,28	873 000,00
Outros Acrescimos de Rendimentos	11 287,62	11 287,62	-
Total	1 332 105,90	459 105,90	873 000,00

Acréscimos de Gastos	2023		2022
	Quantias	Varição em Valor	quantias
Remunerações a Liquidar	489 299,97	297 832,94	191 467,03
Comissões	-	-	-
Outros Acrescimos de Gastos	8 338,17	156 661,83	165 000,00
Total	497 638,14	141 171,11	356 467,03

Espera-se que todas as linhas de passivo mencionadas no quadro acima sejam recuperadas ou liquidadas num prazo inferior a 12 meses.

b) Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte composição:

Descrição	2023			2022		
	Corrente	N/Corrente	Total	Corrente	N/corrente	Total
Estado e outros Entes Públicos						
Ativo						
Imposto sobre o rendimento	2 760,00	0,00	2 760,00	2 765,65	0,00	2 765,65
Imposto sobre o valor acrescentado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	2 760,00	0,00	2 760,00	2 765,65	0,00	2 765,65
Passivo						
Imposto sobre o rendimento	165 197,51	0,00	165 197,51	58 850,25	0,00	58 850,25
Retenção de imposto sobre rendimentos	37 491,09	0,00	37 491,09	25 391,52	0,00	25 391,52
Imposto sobre o valor acrescentado	19,28	0,00	19,28	0,00	0,00	0,00
Contribuições para segurança social	48 858,37	0,00	48 858,37	38 526,62	0,00	38 526,62
Outros impostos	578,21	0,00	578,21	578,21	0,00	578,21
Total	252 144,46	0,00	252 144,46	123 346,60	0,00	123 346,60

c) Juros

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a sociedade teve os seguintes gastos com juros e gastos similares suportados:

Rubricas	v.2023/2022	2023	2022
GASTOS E PERDAS			
GASTOS E PERDAS FINANCEIRAS	98 307,37	140 089,77	41 789,02
Gastos e perdas de financiamento	375,00	375,00	0,00
Juros Suportados	97 932,37	139 721,39	41 789,02

Esta Rúbrica apresenta um aumento de 98 307,37€ em relação ao ano anterior.

4



d) **Outros Rendimentos e outros Gastos**

RUBRICAS	V.2023/2022	2023	2022
78 - OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	28 649,74	134 912,09	106 262,35
781 - RENDIMENTOS SUPLEMENTARES	28 649,74	134 912,09	106 262,35
7816 - Outros Rend. Suplementares	-106 153,69	83,80	106 237,49
7851 - Aplicação do método (MEP)	77 354,66	77 354,66	0,00
7858 - Outros Rendimentos e Ganhos em Subsidiárias	49 471,39	49 471,39	0,00
7868 - Outros Rend. Ganhos	6,39	6,39	0,00
7871 - Ganhos em Ativos Tangíveis	7 300,00	7 300,00	0,00
7881 - Correções Relativas Períodos Anteriores	21,13	21,50	0,37
7888 - Outros não Especificados	649,86	674,35	24,49

A rubrica de Outros Rendimentos e Outros Ganhos apresenta uma variação positiva no montante de 28 649,74€ em relação ao ano anterior.

Rubricas	v.2023/2022	2023	2022
GASTOS E PERDAS			
OUTROS GASTOS E PERDAS	56 938,31	184 861,83	127 923,52
Impostos Diretos	0,00	0,00	0,00
Impostos Indiretos	30 134,51	115 015,02	84 880,51
Taxas	-514,00	2 861,50	3 375,50
Gastos e Perdas em Subsidiarias	3 664,89	33 549,45	29 884,56
Associadas e Empreendimentos Conjuntos	0,00	0,00	0,00
Gastos e Perdas nos Restantes Investimentos Financeiros	14 812,50	14 812,50	0,00
Gastos e Perdas em Investimentos Não Financeiros	0,00	0,00	0,00
Outros gastos e perdas	8 840,41	18 623,36	9 782,95

A rubrica de Outros Gastos e Perdas apresenta um aumento de 56 938,31€ em relação ao ano de 2022.

17. CAPITAL

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da sociedade, no montante de 260.000 €, encontrava-se totalmente subscrito e realizado.

A rubrica de Capital Próprio apresenta em 31dez23 a seguinte estrutura:

Rúbricas	2023	2022
Capital Próprio		
Capital Subscrito	260 000,00	260 000,00
Quotas Próprias	-16 253,83	-21 149,89
Reservas Legais	65 008,85	58 007,29
Outras Reservas	33 955,96	29 059,90
Resultados Transitados	289 016,40	405 576,80
Ajustes/ Outras Variações nos Capitais Próprios	157 526,28	-13 176,92
Resultado Líquido do Período	323 749,51	237 952,31
Total do Capital Próprio	1 113 003,17	956 269,49



A empresa durante o ano de 2023 alienou 1,02% de quotas próprias, apresentando contabilisticamente em 31/12/2023 o total de 8 799,41€, o que representa cerca de 3.38% do total de quotas próprias.

b) Reserva Legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual, se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital social (com um montante mínimo de 2.500,00 €).

Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a reserva legal ascendia a 65 008,85€.

c) Outras Reservas

As outras reservas apresentam um montante de 33 955,96€.

d) Resultados Transitados

Os resultados transitados totalizam o montante de 289 016,40€, derivados de resultados gerados pela atividade da empresa em anos anteriores e derivados da transferência dos lucros gerados pela percentagem de quotas próprias da sociedade.

e) Limite da distribuição de bens aos sócios

Sem prejuízo do preceituado quanto à redução do capital social, não podem ser distribuídos aos acionistas bens da sociedade quando o capital próprio desta, incluindo o resultado líquido do exercício, tal como resulta das contas elaboradas e aprovadas nos termos legais, seja inferior à soma do capital social e das reservas que a lei ou o contrato não permitem distribuir aos acionistas ou se tornasse inferior a esta soma em consequência da distribuição.

Os incrementos decorrentes da aplicação do justo valor através de componentes do capital próprio, incluindo os da sua aplicação através do resultado líquido do exercício apenas relevam para poderem ser distribuídos aos acionistas bens da sociedade, a que se refere o número anterior, quando os elementos ou direitos que lhes deram origem sejam alienados, exercidos, extintos, liquidados ou, também quando se verifique o seu uso, no caso de ativos fixos tangíveis e intangíveis.

Os rendimentos e outras variações patrimoniais positivas, reconhecidos em consequência da utilização do método da equivalência patrimonial, nos termos das normas contabilísticas e de relato financeiro, apenas relevam para poderem ser distribuídos aos acionistas, quando sejam realizados.



18. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os benefícios dos empregados encontram-se refletidos em gastos com pessoal e não incluem benefícios pós-emprego, com exceção das contribuições obrigatórias legalmente, nem outros benefícios a longo prazo.

A NacionalGest – Consultores de Seguros, Lda., tinha no seu quadro do pessoal, a 31dez23, um total de 90 funcionários, dos quais 4 no cargo de gerência.

Os gastos reconhecidos detalham-se como segue:

DESPESAS COM O PESSOAL	Varição 2023/2022	2023	2022	2021
Remuneração dos Órgãos Sociais	-6 701,69	137 724,86	144 426,55	136 871,72
Remunerações do pessoal	370 702,52	1 548 222,44	1 177 519,92	1 006 160,64
Encargos s/Remunerações T. Independente	1 590,19	1 590,19	0,00	0,00
Encargos sobre remunerações	55 638,68	311 584,34	255 945,66	223 447,96
Seguros de acidentes trabalho e Doenças Prof.	22 521,01	32 668,50	10 147,49	8 567,25
Seguros de Saúde	9 068,07	45 411,76	36 343,69	26 266,28
Gastos com Formação Profissional	46 133,39	65 565,55	19 432,16	19 810,65
Outros gastos com o pessoal	45 859,51	57 065,27	11 205,76	6 645,00
TOTAL	544 811,68	2 199 832,91	1 655 021,23	1 427 769,50



19. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

a) Dívidas em mora para com o Estado ou Outros Entes Públicos

Não existem quaisquer dívidas em mora para com o Estado ou outros Entes Públicos.

b) Informação por mercados geográficos

Nada a referir.

c) Honorários do Revisor Oficial de Contas

Os honorários do Revisor Oficial de Contas atribuídos ao exercício económico de 2023 foram de 12 915,00 €. Estes montantes são única e exclusivamente relacionados com a revisão legal das contas anuais.

20. OUTRAS INFORMAÇÕES

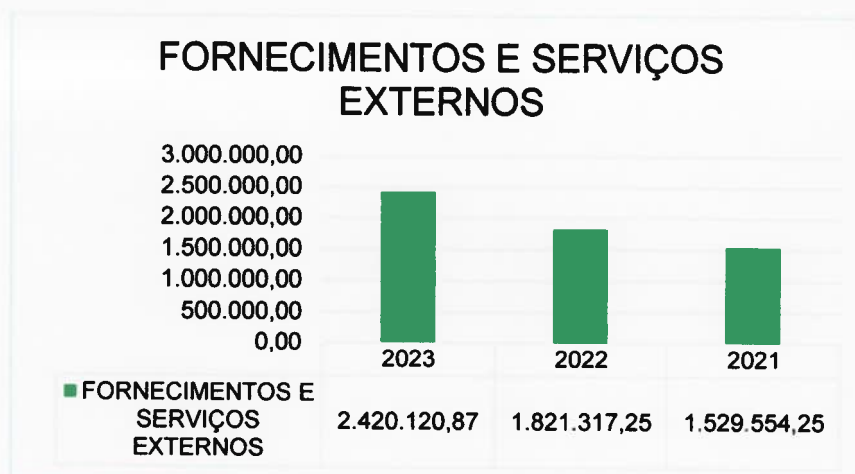
a) Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021 a rubrica de fornecimentos e serviços externos apresentava a seguinte composição:

Rubricas	v.2023/2022	2023	2022	2021
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	598 803,62	2 420 120,87	1 821 317,25	1 529 554,25
Trabalhos especializados	69 103,26	401 017,68	331 914,42	157 280,27
Publicidade e propaganda	-23,48	18 073,81	18 097,29	960,63
Vigilância e segurança	-385,10	2 398,54	2 783,64	1 817,89
Honorários	32 652,75	50 788,18	18 135,43	7 439,16
Conservação e reparação	5 430,97	9 388,59	3 957,62	10 849,12
Comissões	230 867,33	682 308,23	451 440,90	500 883,51
Ferramentas e utensílios	4 879,66	14 253,97	9 374,31	10 027,34
Serviços bancários	22 436,02	49 413,34	26 977,32	38 730,41
Material de escritório	-4 858,55	5 271,99	10 130,54	3 285,40
Artigos para oferta	7 987,70	8 798,20	810,50	0,00
Outros Serviços	23 409,35	23 424,00	14,65	31,49
Eletricidade	-1 373,87	30 626,64	32 000,51	26 001,69
Combustíveis	-10 062,75	6 561,93	16 624,68	21 895,36
Água	-1 088,81	7 330,64	8 419,45	5 972,10
Deslocações e estadas	96 367,67	542 035,73	445 668,06	430 060,52
Rendas e alugueres	108 458,62	389 304,95	280 846,33	202 589,16
Comunicação	15 695,24	96 625,13	80 929,89	55 552,90
Seguros	-1 375,73	8 163,99	9 539,72	5 024,07
Contencioso e notariado	-3 121,94	1 536,85	4 658,79	1 082,10
Despesas de representação	2 599,47	68 554,15	65 954,68	41 704,50
Limpeza, higiene e conforto	1 293,92	3 629,31	2 335,39	6 173,96
Serviços Diversos	-88,11	615,02	703,13	2 192,67

Esta Rúbrica apresenta um total de 2 420 120,87€, apresentando um acréscimo de 598 803,62€ em relação ao ano de 2022.

A rubrica de comissões é a que apresenta um maior aumento em relação a 2022 no montante de 230 867,33€, seguindo-se os gastos suportados com rendas e alugueres com 108 458,62€, bem como subcontratos com um aumento de 69 103,26€, a de honorários com 32 652,75 e, por último, a rubrica de serviços bancários com um aumento de 22 436,02€.

b) Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de diferimentos apresentava a seguinte composição:

Descrição	2023			2022		
	Corrente	N/Corrente	Total	Corrente	N/corrente	Total
Diferimentos						
Activos						
Gastos a reconhecer-Rendas	2 650,00	0,00	2 650,00	3 340,50	0,00	3 340,50
Total	2 650,00	0,00	2 650,00	3 340,50	0,00	3 340,50

Descrição	2023			2022		
	Corrente	N/Corrente	Total	Corrente	N/corrente	Total
Diferimentos						
Passivos						
Rendimentos a reconhecer	2 549,73	0,00	2 549,73	1 160,66	0,00	1 160,66
Total	2 549,73	0,00	2 549,73	1 160,66	0,00	1 160,66

c) Garantias

Não aplicável.

d) Créditos comerciais com o exterior

Não aplicável.



e) **Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes**

A empresa não registou provisões no exercício em apreço. Não existiam quaisquer ativos ou passivos contingentes à data do Balanço.

21. FATORES DE RISCO FINANCEIRO

A atividade da Empresa está exposta a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro, entre outros.

A gestão do risco é conduzida pela gerência que identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros.

22. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO

A Gerência da NacionalGest – Consultores de Seguros, Lda., propõe que o Resultado Líquido do Período, no montante de 323 749,51 € (trezentos e vinte e três mil setecentos e quarenta e nove euros e cinquenta e um cêntimos), tenha a seguinte aplicação:

- Reservas legais: 16.187,48 € (dezasseis mil, cento e oitenta e sete euros e quarenta e oito cêntimos);
- Gratificações de Balanço: 250 000 € (duzentos e cinquenta mil euros) s serem distribuídos pelos sócios em proporção da sua percentagem de capital.
Sendo que a empresa detém quotas próprias de 3,38% e o valor não é passível de distribuição, a sua quota parte dos lucros a distribuir (8.425 €) será transferido para Resultados Transitados;
- Resultados Transitados: 57.562,03 € (cinquenta e sete mil, quinhentos e sessenta e dois euros e três cêntimos).

23. PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO DE SEGUROS OU DE RESSEGUROS

Nota para divulgação adicional da informação estabelecida na Norma Regulamentar n.º 13/2020-R de 30 de dezembro da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. Norma Regulamentar da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões n.º 13/2020-R Regulamentação do regime jurídico da distribuição de seguros e de resseguros Requisitos de divulgação adicionais

a) Descrição das políticas contabilísticas adotadas

As prestações de serviço são constituídas, na sua maioria, por comissões relacionadas com prémios de seguros, sendo apenas reconhecidas como rédito quando se verifica a cobrança desses prémios.



No que concerne aos recibos de prémios remetidos à NacionalGest – Consultores de Seguros, Lda. pelas Companhias de Seguros, para efeitos de cobrança, não é efetuado qualquer registo contabilístico até ao momento do efetivo recebimento do prémio por esta sociedade, uma vez que os tomadores têm liberdade de pagar os prémios através de qualquer canal alternativo. Originando, nesse momento, a obrigação da entrega desse prémio (eventualmente deduzido da respetiva comissão) à Companhia de Seguros.

Nos casos em que os tomadores dos seguros fazem o pagamento diretamente às Companhias de Seguros, a empresa procede ao registo da comissão, na demonstração dos resultados do exercício em que ocorreu a efetiva cobrança no prémio por parte das companhias de seguros.

Nas situações em que a empresa tem direito ao recebimento de comissões adicionais em função da sinistralidade/objetivos da carteira no exercício, são consideradas as melhores estimativas dos montantes a receber com base na informação disponível à data de preparação das Demonstrações Financeiras.

As estimativas do “rappel” que as companhias de seguro pagam no exercício seguinte, mas que se reportam aos objetivos conseguidos no ano de reporte são reconhecidas como rendimento do período, por contrapartida de “acréscimos de rendimentos”.

b) Indicação do total das remunerações recebidas desagregadas por natureza

As remunerações de 2023 ascenderam a 5 657 653,53€, enquanto no ano anterior tinha apresentado 4 004 076,36€.

Deste montante global, foi recebido, durante o ano de 2023, o valor de 3 969 171,66€.

Os restantes 1 688 481,87€, dizem respeito a acréscimos de gastos decorrentes da aplicação da política contabilística descrita anteriormente.

c) Total de remunerações relativas a seguros desagregados por ramos “Vida”, “Fundos de Pensões” e “Não Vida” e por origem

Por entidade (Origem)	Remunerações					
	Ramo Vida		Ramo Não Vida		Fundo de Pensões	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Empresas de Seguros	356 465,25	261 223,38	5 301 188,28	3 702 370,02	0,00	0,00
Outros mediadores	0,00	0,00	0,00	40 482,96	0,00	0,00
Cientes (Outros)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	356 465,25	261 223,38	5 301 188,28	3 742 852,98	0,00	0,00

d) Indicação da existência de níveis de concentração, ao nível de empresas de seguros, outros mediadores e clientes, iguais ou superiores a 25% do total das remunerações auferidas pela carteira;

A companhia de seguros Generali Seguros SA representa 35,82%.



e) Valores das contas de “clientes”

As contas bancárias que contêm os fundos que são propriedade de terceiros (normalmente designadas por “contas clientes”) apresentavam os seguintes saldos iniciais e finais e foram objeto dos seguintes movimentos:

(Valores Expressos em euros)

Conta Clientes/	2023	2022
Saldo no Início do período	255 002,35	135 102,97
Saldo no Final do período	356 375,97	112 725,81

Volume Movimentado no Exercício	2023	2022
Total a Debito	6 807 348,48	4 239 773,89
Total a Crédito	6 420 787,75	4 262 151,05

f) Contas a receber e a pagar desagregadas por origem

Por entidade (Origem)	Saldo Contabilístico no Final do período			
	Contas a receber		Contas a pagar	
	2023	2022	2023	2022
Tomadores de Seguros	282 813,47	22 579,86	335 229,22	8 452,95
Empresas de Seguros	356 329,09	320 850,09	84 330,56	70 825,64
Total	639 142,56	343 429,95	419 559,78	79 278,59

g) Valores agregados incluídos nas contas a receber e a pagar

A – Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios de seguro – **84 330,56€**;

B – Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios de seguro – **282 813,47€**;

C – Fundos que lhe foram confiados pelas empresas de seguros com vista a serem transferidos para tomadores de seguros, segurados ou beneficiários – **335 229,22€**;

D – Remunerações respeitantes a prémios de seguro já cobrados e por cobrar – **356 329,09€**;

E – Outras quantias: **0,00€**.

h) Idade das contas a receber vencida à data de relato

Não existe saldo vencido nas “contas a receber” relacionado com atividades de corretagem.

i) Garantias colaterais detidas a título de caução e outros aumentos de crédito

Não aplicável.

j) Transmissões de carteiras de seguros

Não aplicável.

k) Contratos cessados com empresas de seguros e indemnizações de clientela

Não ocorreram cessações de contratos de seguros, nem foram pagas ou recebidas indemnizações de clientela.

l) Natureza de obrigações materiais, incluindo passivos contingentes

Não aplicável.

m) Indicação das quatro empresas de seguros cuja representação das remunerações pagas ao corretor de seguros em relação ao total das remunerações auferidas pela sua carteira seja mais elevada, com indicação das respetivas percentagens

Entidade - Companhias	Remunerações (Ramo Vida, Ramo Não Vida e de fundos de pensões)			
	€		%	
	2023	2022	2023	2022
Generali Comp. Seguros, S.A.	2 026 599,94	1 867 507,84	35,82%	46,64%
Fidelidade – Comp. Seguros, S.A.	1 185 432,21	651 707,63	20,95%	16,28%
Comp.Seguros Allianz Portugal, S.A.	360 272,65	296 203,20	6,37%	7,40%
Lusitânia Vida Comp. Seguros SA	355 451,65	0,00	6,28%	0,00%
Liberty Seguros, Comp. Seguros S.A.	250 073,67	245 703,62	4,42%	6,14%

n) O valor total dos fundos que recebeu com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios relativamente aos quais as mesmas não lhe tenham outorgado poderes para o recebimento em seu nome

Não aplicável

o) O valor total dos fundos que recebeu com vista a serem transferidos para os resseguradores para pagamento de prémios relativamente aos quais não lhe foram outorgados poderes de cobrança

Não aplicável

p) O valor total dos fundos que lhe foram confiados pelos resseguradores com vista a serem transferidos para as empresas de seguros cedentes que não lhe hajam outorgado poderes de quitação das quantias recebidas


Não aplicável

A Gerência




NacionalGest
CONSULTORES DE SEGUROS
Nacional Gest - Consultores de Seguros, Lda.
504939424

O Contabilista Certificado



LUISA APARECIDA
Nif - 171991400
Membro da TOC - 37411